

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRA E ARTES**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**A atuação do Psicólogo nas instituições jurídicas de atendimento à criança e  
ao adolescente na cidade de Curitiba**

**Curitiba**  
**Dezembro / 2003**

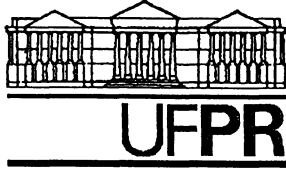
**Tatyana Elisan Bonamigo**

**A atuação do Psicólogo nas instituições jurídicas de atendimento à criança e  
ao adolescente na cidade de Curitiba**

Dissertação de mestrado apresentada para obtenção do grau de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra Yara Kuperstein Ingberman

**Curitiba**  
**Dezembro / 2003**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

## PARECER

A Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela Mestranda **Tatyana Elisan Bonamigo**, sob o título "***A atuação do psicólogo nas instituições jurídicas de atendimento à criança e ao adolescente na cidade de Curitiba.***", após argüir a candidata e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou Aprovar por unanimidade de votos, com nota 9,5 correspondente ao conceito A.

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Yara Kuperstein Ingberman

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marta Marília Tonin

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Paula Inez Cunha Gomide

Em face da aprovação, deliberou ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela concessão do título de **Mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência** à candidata **Tatyana Elisan Bonamigo**.

Curitiba, 07 de julho de 2004.

**“DE TUDO FICAM TRÊS COISAS:**

**a certeza de que estamos sempre começando...**

**a certeza de que é preciso continuar...**

**a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...**

**PORTANTO DEVEMOS**

**fazer da interrupção um caminho novo...**

**da queda um passo de dança...**

**do medo uma escada...**

**do sonho uma ponte...**

**da procura... um encontro”**

**Fernando Sabino**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Yara Kuperstain Ingberman pela orientação, atenção e compreensão no decorrer da pesquisa.

As Professoras Maria de Fátima Quintal de Freitas e Paula Gomide, que através de seus questionamentos me mobilizaram a crescer revendo minhas idéias.

Aos Mestres, pelo importante conhecimento transmitido em suas disciplinas.

Meus Pais, que sempre conseguem enxergar o futuro com calma e sabedoria, além de serem uma fonte constante de apoio e incentivo durante todo este percurso.

Ao meu amigo querido Décio Zanoni, companheiro e parceiro na minha vida.

A amiga Daniela Bernardi, pelo constante carinho e os momentos de alegria que me ajudaram a superar com mais facilidade os obstáculos.

As minhas colegas de mestrado, Ana Beatriz, Camila, Eneida, Gislaine, Joselene e Patrícia pela empatia e carinho durante este processo do mestrado.

Aos professores e alunos do curso de psicologia da UNOCHAPECÓ pela compreensão e incentivo que me possibilitaram terminar o mestrado.

E a todas as outras pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a realização do mestrado.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	9
RESUMO	7
ABSTRACT	8
APRESENTAÇÃO	10
<b>Capítulo I O SURGIMENTO DE NOVAS ATUAÇÕES DO PSICÓLOGO: A PSICOLOGIA JURÍDICA</b>	<b>15</b>
1.1 Mudanças na atuação do psicólogo nas instituições jurídicas	21
<b>Capítulo II A PSICOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS</b>	<b>30</b>
2.1 História da psicologia nas instituições jurídicas	30
2.2. Atuação do psicólogo	34
2.3. O trabalho do Psicólogo no atendimento a criança e ao adolescente nas instituições jurídicas	37
2.4 A inserção do psicólogo nas instituições jurídicas no Brasil	40
2.5 Modelos de atuação da psicologia em instituições jurídicas	42
2.6. A formação do profissional	46
<b>OBJETIVOS</b>	<b>51</b>
<b>MÉTODO</b>	<b>52</b>
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>56</b>
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>94</b>
APÊNDICE A: AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA	102

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Relação dos locais e clientela atendida nas instituições jurídicas	36
<b>Tabela 2:</b> Principais temas de interesse em psicologia jurídica pelos países participantes dos encontros da Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica.	44
<b>Tabela 3:</b> Questões referentes ao Tópico Guia para a realização das entrevistas.	53
<b>Tabela 4:</b> Eixos de análise e suas respectivas categorias e sub-categorias.	57
<b>Tabela 5:</b> Dados gerais de identificação dos psicólogos e das Instituições Jurídicas que trabalham.	58
<b>Tabela 6:</b> Dificuldades iniciais dos psicólogos no início da atuação em instituições jurídicas.	63
<b>Tabela 7:</b> Publicações encontradas nos sistemas de busca com a palavra chave psicologia jurídica	65
<b>Tabela 8:</b> Principais cursos de formação ou especialização procurados pelos psicólogos para auxiliar no trabalho nas instituições jurídicas:	71
<b>Tabela 9:</b> Categorização das atividades desenvolvidas pelos psicólogos nas instituições jurídicas de atendimento a criança e ao adolescente.	75
<b>Tabela 10:</b> Relação entre os procedimentos de avaliação psicológica e o convívio do avaliado na instituição jurídica.	78
<b>Tabela 11:</b> Problemas característicos da população atendida pelos psicólogos nas instituições jurídicas.	82
<b>Tabela 12:</b> Relacionamento interprofissional dos psicólogos durante sua atuação.	83

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivos levantar as atividades desenvolvidas pelos psicólogos que atuam em instituições jurídicas de atendimento a família, a criança e ao adolescente, e discutir a formação acadêmica do psicólogo que atua nesta área. A amostra foi composta por sete psicólogos que trabalham na cidade de Curitiba que lidam com a proteção da criança e do adolescente e com as medidas sócio-educativas. Os dados foram coletados através de entrevistas de profundidade e analisados qualitativamente através de dois eixos temáticos, referentes aos objetivos da pesquisa, que originaram as categorias e subcategorias de análise. Verificou-se que, apesar das mudanças sugeridas pela literatura para a expansão das atividades de atuação do psicólogo nas instituições jurídicas, ainda há um predomínio na realização das avaliações psicológicas. Outras atividades exercidas foram a orientação familiar em grupo, encaminhamento de casos, mediação e conciliação de questões referentes ao menor. Foram apontadas algumas dificuldades iniciais na atuação do psicólogo em como lidar com a população atendida, elaborar documentos de avaliação, unir a teoria com a prática e compreender os conceitos jurídicos, o que resultou na procura dos psicólogos pelos cursos de pós-graduação na área clínica. A identidade destes profissionais ainda não está delimitada mas encontra-se em processo de discussão.

**Palavras – chave:** psicólogo, áreas de atuação, psicologia jurídica.

## **ABSTRACT**

This research had the purpose, study the activities developed by the psychologists who act in juridical institutions that works in assistance to the family, to the child and to the adolescent, beyond to check the academic background of them, and discuss the psychologist identity, that works in this area. The sample was composed by seven psychologists that work in Curitiba City and handle with protection of the minor and with social-educational steps. The data were collected by deep interviews and analysed with quality through three thematic axes, referent to the purposes, that originate the categories and sub-categories in the analysis. Checked the conclusion that, in spite of the changes suggested by the literature in a expansion activities of the psychologists, there's still a predominance in realization of the psychological evaluations. Others activities practiced were the families orientation in group, conduction of cases, mediation and combinations of the questions referent to the minor. Were pointed out some beginners difficulties in the works of the psychologists, like handle with population assisted, to draw up documents of evaluation, unite the theory with the practice and understand the juridical concepts what resulted in the seek of psychologists by the courses of post-graduation in clinic area. The identity of these professionals is still not restrit, but stay in process of discussion.

**Keywords:** psychologist, acting areas, juridical psychology.

## APRESENTAÇÃO

O psicólogo que atua em instituições deve promover ações tornem esse local em um lugar de crescimento dos indivíduos. Para atingir tal finalidade é necessário que o profissional mantenha uma posição crítica que garanta o desenvolvimento da instituição e da sociedade. Delimitando esta visão para a atuação dos psicólogos nas instituições jurídicas é necessário acrescentar que este deve estar atento as contingências e não apenas as demandas institucionais.

A literatura (Altoé 2001; Brito 1999a) aponta que este campo de atuação vem procurando formas de abandonar o trabalho exclusivamente de elaboração de psicodiagnóstico, principal motivo da entrada dos psicólogos nas instituições jurídicas, para uma atuação que interfira em outras fases do processo. Esta mudança implicaria o psicólogo a iniciar trabalhos preventivos e exigiriam uma atuação mais independente e com maior poder decisório. Além de estimular o psicólogo a procurar uma maior representatividade na participação políticas de cidadania e direitos humanos.

Para pensar nesta transformação, da atuação do psicólogo nas instituições jurídicas, é necessário discutir inicialmente se o processo de formação acadêmica fornece os instrumentos necessários para esta ampliação de seu trabalho. Assim como observar a realidade, identificar os modelos de atuação e as contribuições das pesquisas científicas. Estas discussões

auxiliariam no processo de delineamento das possibilidades para os psicólogos construírem atuações mais consistentes no jurídico. Tais contribuições também criariam espaços para a elaboração de conceitos e formas de atuação condizentes com as necessidades sociais de cada época e circunstância, avançando em relação à ampliação e diversificação de possibilidades de atuação.

Sobre a atuação do psicólogo nas instituições jurídicas, ainda existem muitos problemas relacionados com a sua organização, sua metodologia e suas definições. O que se tem observado é um aumento do número de psicólogos atuando dentro das instituições jurídicas. Por outro lado verifica-se que o ensino da Psicologia no Brasil ainda não conta com o desenvolvimento de atividades próprias e específicas para a habilitação de psicólogos ao trabalho nesta área (Bomfim, 1994). Frente a isso surgem as questões norteadoras deste trabalho:

Qual a formação acadêmica e profissional dos psicólogos atuantes nas instituições jurídicas?

Quais as práticas dos psicólogos que atuam em instituições jurídicas de atendimento a família, a criança e ao adolescente ?

Por esta ser uma área com um vasto campo de atuação, a presente pesquisa visou delimitar a amostra para abranger o campo de atendimento a criança e ao adolescente, que seria o trabalho do profissional que lida com crianças e famílias que de alguma forma estão passando por processos judiciais.

Sobre a recente história da inserção do psicólogo nas instituições jurídicas no Brasil, Martins (2000) afirma que:

A atuação do psicólogo é muito recente na área da Psicologia Jurídica, principalmente no Brasil. No estado de São Paulo, o primeiro concurso público para psicólogo aconteceu no Instituto Oscar Freire, Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1987. Em 1981, foi realizada a primeira contratação de Psicólogos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e em 1985, o cargo de psicólogo foi integrado ao quadro de funcionários daquela instituição, após realização de Concurso Público. No Rio de Janeiro só no ano de 1998, foi realizada a primeira prova para o cargo de Psicólogo Jurídico. (p. 112)

Em relação ao número de psicólogos atuando diretamente com a psicologia Jurídica, a última pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2001 sobre o perfil do psicólogo brasileiro, aponta que 2,5% dos profissionais entrevistados atuam nesta área. Este aumento pela procura do Direito pela contribuição dos psicólogos é apontado por Brito (1993), devido "a atuação do psicólogo jurídico ser praticamente indispensável, pois todo o Direito, ou grande parte dele, está impregnado de componentes psicológicos, justificando a colaboração da Psicologia com o propósito de obtenção de eficácia jurídica" (p. 24).

Por outro lado, observa-se uma carência de profissionais especializados e preparados para um adequado atendimento desta clientela. Verifica-se a necessidade de informar e preparar psicólogos para atuarem dentro do poder judiciário, para que dediquem atenção especial à funcionalidade das instituições e aos indivíduos atendidos para que promovam a análise das contingências envolvidas aos que atuam neste âmbito.

Esta falta de preparo inicia durante a formação acadêmica, pois se observa que a psicologia jurídica está prevista apenas em algumas grades curriculares, revelando que há uma desproporção entre as reais necessidades da sociedade e o que é ensinado nas universidades, Anaf (2000) salienta em um estudo de mapeamento das universidades, que o profissional conclui o curso de graduação, sem sequer receber informações de que existe esse campo de atuação. Demarcar essa atuação e o conhecimento científico do Direito e da Psicologia proporcionará maior respeito ao ser humano e a cidadania no intento de "redimensionar a compreensão do agir humano, a luz dos aspectos legais e afetivos comportamentais" (C. M. Silva 2003, p.39). Bringhenti (2002) ao descrever a situação da formação do psicólogo jurídico esclarece que:

Por ser uma formação ainda recente, quase não se percebe, dentro das universidades e em cursos de especialização, discussões muito aprofundadas sobre este novo espaço de atuação. Do que se tem conhecimento, alguns locais onde a Psicologia Jurídica está tentando configurar-se são na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e na USP (Universidade de São Paulo).

Devido este ser um campo relativamente novo de atuação e que está passando por momentos de transformações de seus paradigmas, é necessário um maior número de publicações referentes ao assunto para contribuir com a escassez de material publicado, uma das dificuldades encontradas por aqueles que querem estudar este assunto. Além de ser estritamente necessário a realização de pesquisas que venham a contribuir com a atividade do psicólogo atuante nas instituições jurídicas, tornado-se fundamental conhecer quem são os

psicólogos trabalhando nesta área e como eles desempenham suas atividades no trabalho dentro das instituições jurídicas.

Este trabalho, na procura de alguns elementos de contribuição ao problema, desenvolverá o primeiro capítulo sobre as áreas de atuação em psicologia e o segundo capítulo trará as questões sobre a atuação do psicólogo nas instituições jurídicas. Finalizando com uma apresentação e discussão dos dados e com a apresentação de sugestões.

## **Capítulo I**

### **O SURGIMENTO DE NOVAS ATUAÇÕES DO PSICÓLOGO: A PSICOLOGIA JURÍDICA**

Este capítulo tem como finalidade discutir brevemente a conceituação de área de atuação em psicologia e as modificações ocorridas na prática dos psicólogos nas instituições jurídicas. Também será apresentada algumas considerações sobre a Psicologia Jurídica como uma área emergente (Altoé, 2001; Anaf, 2000; Bastos, 1988; Bomfim, 1994; Brito, 1993, 1999a, 2000; Maldonado, 2003; Martins, 2000; Ribeiro, 2003; Pfromm Neto, 1990; Santos, 2003; Silva 2000; Silva D.M.P, 2003;)

O surgimento das áreas de atuação são apontadas por Fromm Neto (1990) devido a nenhum aspecto da vida humana fugir aos interesses da psicologia. Este interesse seria nas mais diversas situações da humanidade, como por exemplo: a vida pré-natal, a morte, o lar, a escola ou o trabalho. Assim como a saúde, a doença, as minúsculas comunidades e as modernas megalópoles, a solução de conflitos conjugais e também a administração de uma grande empresa. Enfim, uma ampla variedade de situações, contextos e problemas estão relacionados com fenômenos psicológicos. Com isso, para

organizar esta diversidade dentro da psicologia surgem as discussões referentes a delimitação de áreas de atuação.

Antes de tentar definir uma área de atuação, Botomé (1998) afirma que é preciso lembrar que um campo profissional é uma delimitação artificial convencionada, cujos limites é preciso conhecer com precisão em alguns casos ou ignorar completamente em outros. Os problemas, em geral, transcendem os limites e definições formais de um campo profissional e exige conhecimentos de diferentes áreas e, muitas vezes, além daqueles que domina o profissional de um determinado campo de atuação.

Outro fator importante que deve ser considerado para definir uma área de atuação é apontado por Bastos (1988) que seria considerar a existência de diferenças nítidas entre psicólogos de algumas áreas distintas (por exemplo clínico e o organizacional). Mas paralelamente não se pode negar a existência de preocupações comuns, recursos técnicos similares e, sobretudo, alguns requisitos pessoais indispensáveis à sua atuação, independente de áreas. Mas essas áreas devem ser vistas como contextos diversos que criam círculos de relações, padrões de referência e avaliação do trabalho distinto. Tais diferenças, por seu lado, se apóiam e geram valores diversificados, moldam padrões de relação entre profissionais e destes com sua clientela específica. Aceito tal pressuposto, o conceito de área de atuação pode se revelar bastante útil para investigar de que forma aspectos do indivíduo e do contexto de trabalho interagem na determinação de padrões de conduta profissionais próprios.

Delimitado os fatores que devem ser considerados para se pensar em uma área de atuação Bastos e Acchar (1994) afirmam que os elementos que definem uma profissão, por sua natureza, são passíveis de transformação ao

longo do tempo. O que confere às profissões um caráter intrinsecamente dinâmico na sua permanente interação com o contexto social. O caso do exercício profissional do psicólogo não poderia fugir a esta regra geral, pois é possível examinar, nas principais áreas consolidadas de atuação do psicólogo, as transformações em curso no seu interior, que estão gerando novos padrões de serviços prestados por este profissional. Assim, configuram-se novos fazeres, antigas práticas ganham novos contornos, novos fundamentos ou concepções sobre a atuação ganham realce e novas clientelas e contextos são explorados. Como resultado há uma efetiva ampliação do espaço ocupado pelo psicólogo, uma demanda por qualificação profissional e uma sofisticação da profissão.

Embora as atividades predominantemente desenvolvidas pelos psicólogos, hoje, ainda sejam aquelas mais tradicionais e que definem a essência do conceito das áreas, o quadro atual, quando se refere à área de atuação é bastante diverso.

Não podemos negar uma efetiva ampliação do leque de atividades, objetivos e locais de inserção do psicólogo, neste gradativo e lento processo de construir a profissão. Os rótulos se alteraram: Clínica ou Saúde? Escolar ou educacional? Industrial, Organizacional ou do Trabalho? É interessante como os novos nomes associam-se a um conceito ampliado de atuação psicológica e trazem, em comum, o rompimento com uma intervenção apenas a nível individual; rompe-se também, a noção restrita do psicólogo como mero aplicador de instrumentos de mensuração. Inserindo-se em equipes multiprofissionais de saúde, com intervenção a nível primário, secundário e terciário, ou trabalhando junto a outros profissionais da área de recursos humanos nas organizações, com a possibilidade, inclusive, de participar da definição de políticas para estes setores, tem-se um perfil do profissional que não cabe nas definições restritas das áreas que apresentamos anteriormente. (Bastos, 1988, p.165)

As variáveis que impulsionam esta ampliação do campo de atuação do psicólogo e a caracterização de novos espaços são apontadas por Witter, Bastos, Bomfim, Guedes (1992). A primeira seria que o psicólogo estaria assumindo de

forma consistente seu papel como agente de mudança social e com isto tenha passado a atuar de forma condizente em vários segmentos sociais. A segunda variável que a participação de um número progressivamente crescente de psicólogos forçou a busca de novos espaços para que ocorresse seu engajamento profissional. A terceira estaria relacionada com a própria ampliação dos cursos de pós-graduação que ensejou a formação de profissionais mais capacitados a ampliar campos, a desenvolver novas estratégias de atuação. E a última variável seria que a mudança e o aumento do campo profissional teria também como meta a democratização da atenção dada aos psicólogos aos setores menos favorecidos da sociedade.

Mais do que esse alargamento das áreas tradicionais, definidas por Antunes (1998) como a psicologia clínica, escolar e industrial, novas áreas surgiram e começaram a se definir com uma especificidade dentro do campo profissional da Psicologia. Witter, Gonçalves, Witter e Yakimitsu (1992) explicam que a consolidação e o aparecimento de áreas emergentes quer de conhecimento quer de atuação depende do evoluir do conhecimento científico, das necessidades sociais e da apropriação pelo profissional do referido conhecimento habilitando-o a atuar produtiva e competentemente. A Psicologia não escapa a este roteiro normalmente vinculado ao desenvolver de cada profissão.

O surgimento das áreas emergentes iniciou segundo Pfromm Neto (1990) à partir da metade do século vinte. Estas áreas, seriam a Psicologia da Arte, comunicação de massa e lazer, Psicologia Comparativa, Psicologia Esportiva, Ética em Psicologia, Psicologia Intercultural, Psicologia Jurídica, Psicologia Médica, Psicologia Política, Psicologia dos Problemas Sociais,

Psicologia Religiosa, Computadores e Psicologia. Enquanto para Bastos (1988) as ações dos psicólogos que seriam consideradas como novas áreas de atuação são: a Psicologia Institucional, a Psicologia Hospitalar, a Psicologia do Esporte, a Psicologia Jurídica, a Psicologia do Trânsito.

A discussão sobre quais seriam as novas áreas de atuação também podem ser verificadas no decorrer das publicações do Conselho Federal de Psicologia sobre os fazeres do psicólogo brasileiro. No livro do Conselho Federal de Psicologia (1994), *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*, foram apresentadas as concepções e atividades emergentes na psicologia clínica, nas organizações de trabalho, na educação e na área social. A Psicologia Jurídica e do Esporte foram agregadas à análise na área social.

O objetivo do livro *Psicólogo Brasileiro: a construção de novos espaços* do Conselho Federal de Psicologia (1992), foi realizar um levantamento das tendências já consolidadas, em consolidação e as que podem ser consideradas emergentes na prática profissional dentro dos seguintes saberes: clínica, organizacional, escolar e comunitária-social. Enquanto no livro anterior existia um capítulo denominado Psicologia Jurídica neste livro foram encontrados os fazeres da psicologia aplicada às instituições jurídicas na área da psicologia social-comunitária. Bomfim, Freitas e Campos (1992) ao falarem sobre os fazeres em psicologia social afirmam:

No intuito de documentar a ação concreta do sujeito em seus determinantes sócio-culturais, a Psicologia Social tem utilizado as metodologias da pesquisa-ação e, mais recentemente, da pesquisa participante. Além do avanço teórico que tem propiciado, o emprego dessas metodologias tem contribuído também para a geração de práticas de intervenção. Essas práticas tem adquirido no Brasil, uma certa autonomia, e tem sido comumente consideradas como práticas específicas em psicologia social. A questão que ainda se coloca é se a Psicologia Social pode ser considerada como área de

atuação, ou se deve permanecer como área básica de formação. Contudo, apesar da polemica sobre a questão, a literatura especializada publicada evidencia a existência de várias práticas relacionadas à Psicologia Social no Brasil. (p.125)

Os fazeres em psicologia social são divididos por Bomfim, Freitas e Campos (1992) em práticas: convencionais, em consolidação, emergentes e outras. A seguir serão apresentadas as práticas onde ocorreram algumas citações de trabalhos da psicologia aplicadas às instituições jurídicas:

- As *Práticas Convencionais* em Psicologia Social no Brasil estão relacionadas com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária e com a dinâmica de grupos, as organizações e as instituições. Vale ressaltar que as práticas com grupos e instituições atravessam as demais práticas em Psicologia Social, dadas as suas especificidades. Rocha (1985) estudou a trajetória da criminalidade junto aos prisioneiros; Vicente (1988) relacionou a memória individual e memória institucional no manicômio judiciário do Estado de São Paulo e no hospital do Juqueri.
- As *Práticas Emergentes* estão presentes na literatura especializada publicada em Psicologia Social no Brasil principalmente a partir da década de 80. Diferenças em relação a maior ou menor expressão destas práticas são observadas nos diferentes locais e datas de publicação. Entre estas práticas é possível relacionar:
  - Práticas Psicossociais com mulheres: as relações de gênero ou, mais especificamente, os estudos e práticas que visam à questão da mulher têm aumentado nos últimos anos. Foram vários os trabalhos

descritos em delegacias de mulheres, em movimentos como o SOS-Mulher e em grupos constituídos por e para mulheres.

-Práticas Psicossociais com meninos de Rua / Menor Institucionalizado: as práticas com menor institucionalizados deixam de ter um caráter psicopatológico, com elaboração de diagnóstico, e adquirem um caráter terapêutico, educacional e de apoio. O trabalho do psicólogo também deixa de ser somente institucional e ocupa as ruas, junto a meninos e meninas de rua.

- *Outras Propostas de Práticas* sem presença significativa na literatura pesquisada mas próximas à Psicologia Social, foram apresentadas. Como Assmar (1989) a respeito de uma Psicologia Social da Justiça.

O livro do Conselho Federal de Psicologia (1994) apresentava um sub-capítulo dentro da Psicologia Social e junto a Psicologia do Esporte denominado Psicologia Jurídica. Na publicação seguinte do CFP este capítulo não se encontrava mais como uma área específica e os fazeres dos psicólogos nas instituições jurídicas foram diluídos na área da Psicologia Social.

### **1.1 Mudanças na atuação do psicólogo nas instituições jurídicas**

A modificação e a ampliação da atuação do psicólogo, ocorridas devido a demanda social, refletem em todo o campo da psicologia, inclusive no trabalho

do psicólogo no campo jurídico. Ao relacionar estas mudanças com os fazeres do psicólogo nas instituições jurídicas, Brito (2000) afirma que as transformações na atuação das áreas tradicionais são discutidas há muito tempo, e estas já conseguiram abandonar alguns modelos antigos, porém na psicologia aplicada às instituições jurídicas isto está começando a acontecer.

Bastos e Acchar. (1994) apontam as principais tendências de mudanças detectadas na prática profissional do psicólogo, independente da área de atuação, estas mudanças serão apresentadas e relacionadas com o trabalho do psicólogo nas instituições jurídicas apontadas pela literatura:

1) *Concepção sobre o fenômeno psicológico*: busca-se de compreender o indivíduo e os fenômenos psicológicos de forma integrada a outros fenômenos, especialmente aqueles de cunho social, cultural e político. Passa-se do plano individual (indivíduo a-histórico, isolado do seu contexto social) para o fenômeno visto na sua interdependência com o contexto sociocultural.

Ao relacionar esta transformação sobre a concepção do fenômeno psicológico com a psicologia aplicada as instituições jurídicas, faz-se necessário apontar que a idéia simplista da atuação do psicólogo nas instituições jurídicas está mudando. Diante deste paradigma novas concepções para o trabalho do psicólogo junto ao direito estão sendo transportadas para outros espaços de intervenção, ou seja, o trabalho pode acompanhar os vários momentos do processo e desenvolver um trabalho para além da perícia. Encontra-se no Catálogo Brasileiro de Ocupações-CBO (1996) a seguinte definição:

O psicólogo Jurídico atua no âmbito da justiça, nas organizações governamentais e nas organizações não-governamentais. Colabora no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência. Para tanto, considere que sua atuação deve centrar-se na orientação do dado psicológico repassado não só aos juristas como aos indivíduos que carecem de tal organização.

Maldonado (2003) também acrescenta que os campos ou áreas de estudo da psicologia no jurídico seriam a psicologia dos tribunais (juizados), penitenciária, da delinquência, judicial ou testemunhal, policial, militar, vitimológica e de mediação.

2) *Fontes de conhecimento que embasam a prática*: busca-se referenciais e conhecimentos de outras disciplinas ou campos do saber para embasar a análise e intervenção frente a problemas concretos. Abandona-se perspectiva unidisciplinar para uma perspectiva multidisciplinar.

Não é possível pensar em um psicólogo atuando em uma instituição jurídica que não se depare com os conhecimentos de outras áreas, à partir desta perspectiva Bomfim (1994) acrescenta que é necessário para o psicólogo que atua em instituições jurídicas, uma visão geral da área do direito e de outras ciências sociais como: noções de Direitos Humanos e Institucionais, incluindo os direitos de crianças e adolescentes, em especial às crianças em situação de risco; conhecimento sobre as instituições penais, envolvendo a legislação e a atuação do psicólogo nas Comissões Técnicas de Classificação; conhecimento sobre a legislação dos órgãos jurídicos e sobre a violência.

3) *Natureza da intervenção*: o trabalho em equipes multiprofissionais passa a ser imperativo para que o enfrentamento do problema seja congruente

com as múltiplas facetas que ele assume. De uma ação centrada na ação do psicólogo isoladamente pensa-se em uma atuação em equipes multiprofissionais.

O trabalho no jurídico é composto, segundo Fernandes (2001) e Silva (2003) por profissionais que deveriam trabalhar multidisciplinarmente, estes seriam: os Assistentes Sociais, os Promotores Públicos, Juizes de Direito e os Psicólogos.

4) *Natureza da intervenção*: a intervenção passa a ser redimensionada dentro de um conjunto mais exclusivo de atividades onde o psicólogo atua no nível do contexto e amplia a sua preocupação com a prevenção. Seria uma intervenção centrada em contextos, em grupos, ação preventiva, prospectiva e não focada no indivíduo com caráter “curativo”, remediativo.

Atualmente, a atuação do psicólogo nas questões jurídicas buscam não focalizar apenas o trabalho pericial e a sua subordinação ao Direito como era no início da inserção do psicólogo nas instituições de atendimento jurídico. A literatura (Brito 1999) aponta para uma ampliação das possibilidades de atuação. Este seria um campo de atuação que se refere à pesquisa e às atividades psicológicas realizadas no âmbito do Sistema de Justiça, deve intervir tanto na fase processual, como após a decisão judicial - fase de execução. É necessário buscar a compreensão dos fenômenos que acontecem na vida dos indivíduos envolvidos no âmbito jurídico bem como a intervenção junto a esses fenômenos e a contribuição de medidas preventivas.

Para Bringhenti (2002) dentro das possibilidades de intervenção junto ao sistema judiciário evidencia-se os espaços envolvendo a análise do indivíduo, da família, da criança, do adolescente, das instituições penais, das perícias judiciais, enfim, a prática do Psicólogo deverá ser acompanhada pelas ações frente aos seus espaços de atuação, levando em conta que o sujeito é também um cidadão, cujos direitos e deveres se constituem nem espaço público.

7) *Clientela*: A alteração na clientela é vista, ao mesmo tempo, como condição determinante e como elemento que caracteriza um novo modelo de atuação. O atendimento não seria mais voltado predominantemente à classe média e com poder aquisitivo (crianças e adultos), mas para uma diversificação, dando acesso a segmentos socialmente excluídos e classes populares.

No trabalho do psicólogo nas instituições jurídicas uma parte de sua clientela seria as pessoas socialmente excluídas e classes populares. Martins (2000) acrescenta que os conhecimentos da Psicologia também podem ser aplicados aos diversos campos legais, seja na seleção, no treinamento de policiais, de juizes, de promotores, seja ainda, na compreensão e tratamento de criminosos, das vítimas de delitos, de adolescentes em situação de risco, ou ainda, na análise de testemunhas, de jurados, das influências dos meios de comunicação nos julgamentos, entre outros.

8) *Atitudes em relação aos conhecimentos, técnicas e práticas*: elemento significativo da crítica que se fez, durante anos, ao modelo de atuação do psicólogo, consistia no uso acrítico que este fazia de conhecimentos e técnicas, desconsiderando-se a realidade em que estes eram aplicados. Sugere-se a

5) *Nível da intervenção*: o psicólogo rompe o papel limitado que reduz a sua atuação ao plano de aplicação de técnicas e procedimentos caracteristicamente psicológicos e se envolve em ações cuja amplitude da influência pode ser consideravelmente maior.

Brito (1999) explica que inicialmente o psicólogo atuava apenas na fase processual, quando recebia o pedido para a elaboração de um parecer e muitas vezes nem sabia sobre a finalidade do mesmo (guarda de filhos, possíveis danos morais, e outras questões) e no momento que entregava o parecer encerrava seu trabalho com o caso atendido. Faz-se necessário diversificar os tipos de intervenção, como atender as organizações não governamentais, prestar serviços de assessoria e treinamento de profissionais. Também seria necessário tornar o psicólogo participante e atuante nas políticas de cidadania, direito humanos e prevenção da violência.

O psicólogo pode encontrar uma série de formas para intervir dentro das instituições jurídicas e com a clientela envolvida diretamente ou indiretamente com o processo. Segundo Altoé (2001) cabe ao profissional não esperar que suas atribuições sejam definidas apenas pelos profissionais da área jurídica, mas que ele tenha a iniciativa de avaliar a demanda do local e sugerir propostas para o seu trabalho.

6) *Recursos técnicos*: o fato do psicólogo passar a trabalhar com outros profissionais em torno de uma questão específica, tem como um subproduto importante à diversificação dos recursos técnicos empregados. Esta diversificação associa-se, na maioria dos casos, à necessidade de passar a lidar com grupos e não mais com indivíduos isoladamente.

imposição de limites aos princípios tomados como universais, apesar de serem produtos de épocas e contextos também específicos.

Francisco e Bastos (1992) também apresentam as principais tendências encontradas pelas revisões bibliográficas nas áreas de atuação do psicólogo. A primeira tendência consiste na consolidação de um modelo que não se restringe a mensuração de características psicológicas e intervenção frente aos problemas de ajustamento de indivíduos, o que ocorre até mesmo na área clínica. A segunda refere-se à maior expressão de trabalhos que demandam amadurecimento e qualificação profissional, a exemplo das assessorias e consultorias. Finalmente, a terceira tendência consiste na busca de se trabalhar com fenômenos mais complexos e globais de forma articulada com a visão de outras disciplinas e profissionais e em uma perspectiva não tecnicista.

Francisco e Bastos(1992) ao falarem da importância da reavaliação da atuação do psicólogo explicam que ao romper os limites impostos até mesmo pela regulamentação da profissão e pelas imagens geradoras de demandas pelo mercado de trabalho, os psicólogos buscaram consolidar uma atuação que não se restringe às atividades de mensuração de características psicológicas e intervenção frente a problemas de ajustamento dos indivíduos. Os fazeres profissionais que demandam maior qualificação e amadurecimento ganham mais expressão, a exemplo das atividades de consultoria ou assessoria.A busca em trabalhar com fenômenos mais globais, mais complexos ou menos fragmentados, abre perspectiva de um trabalho menos tecnicista, com maior poder de intervenção e articulado com fazeres específicos de outros profissionais.

Estas mudanças, que afetaram todos os campos da psicologia, modificaram as próprias denominações e definições de psicologia jurídica, pois ao longo da história, ela foi denominada como Psicologia do Direito, Psicologia Forense<sup>1</sup>, Psicologia Judiciária e Psicologia Criminológica e Psicologia Jurídica.

Certamente ao ouvir falar em psicologia jurídica, a primeira idéia que vem a mente é de que esta se relaciona ao sistema judiciário, suas leis e normatizações. Talvez, através do sentido adjetivado pelo senso-comum, tenhamos esta impressão que, de certa forma, não deixa de ser correta. Dentre as diferentes definições percebemos que existe certa preocupação dos autores em descrever o que vem a ser Psicologia Jurídica e de certa forma, possuem visões diferenciadas enquanto espaço de atuação. Os diferentes entendimentos baseiam-se na forma como são conduzidos e aplicados os conceitos, partindo desde uma visão mais positivista e estruturada até um enfoque histórico social, cuja visão de homem, preocupa-se em vincular a implicação do profissional às suas práticas de atuação. (Bringhenti, 2002, p.14).

O termo mais utilizado na contemporaneidade é Psicologia Jurídica, o que ainda é questionável, enquanto existem restrições ao uso do termo e se existiria mesmo um campo com esta denominação, pois outros campos da psicologia poderiam agrupar tais práticas. Porém, o Conselho Federal de Psicologia implementou o título de Especialista em Psicologia, e uma destas especialidade é a Psicologia Jurídica definida como o psicólogo que:

---

<sup>1</sup> Psicologia Forense, definida por Nunes (2002) como uma ciência que usa os procedimentos e os conhecimentos da psicologia e das neurociências, que oferece um diagnóstico sobre a forma de ser dos indivíduos e suas condutas em relação as primeiras ações e de acordo com as necessidades do Direito em todas as suas vertentes. Seu objetivo é ajudar os profissionais do âmbito do Direito, aportando o processo judicial com os princípios, técnicas e instrumentos psicológicos que permitam uma validação objetiva da conduta humana.

Atua no âmbito da Justiça, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrando sua atuação na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos indivíduos que carecem de tal intervenção, para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis: avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças, aplicando métodos e técnicas psicológicas e/ou psicometria, para determinar a responsabilidade legal por atos criminosos; atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, justiça do trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos pareceres e perícias para serem anexados aos processos, a fim de realizar atendimento e orientação a crianças, adolescentes, detentos e seus familiares; orienta a administração e os colegiados de sistema penitenciário sob o ponto de vista psicológico, usando métodos e técnicas adequados, para estabelecer tarefas educativas e profissionais que os internos possam exercer nos estabelecimentos penais; realiza atendimento psicológico a indivíduos que buscam a vara de Família, fazendo diagnósticos e usando terapêuticas próprias, para organizar e resolver questões levantadas; participa de audiência, prestando informações, para esclarecer aspectos técnicos em psicologia a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico; atua em pesquisas e programas sócio-educativos e de prevenção a violência, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica, para atender as necessidades de crianças e adolescentes em situação de risco, abandonados ou infratores; elabora petições sempre que solicitar alguma providência ou haja necessidade de comunicar-se com o juiz durante a execução de perícias, para serem juntadas aos processos; realiza avaliação das características das personalidade, através de triagem psicológica, avaliação de periculosidade e outros exames psicológicos no sistema penitenciário, para os casos de pedidos de benefícios, tais como transferência para estabelecimento semi-aberto, livramento condicional e/ou outros semelhantes. Assessoria a administração penal na formulação de políticas penais e no treinamento de pessoal para aplicá-las. Realiza pesquisa visando a construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do direito. Realiza orientação psicológica a casais antes da entrada nupcial da petição, assim como das audiências de conciliação. Realiza atendimento a crianças envolvidas em situações que chegam às instituições de direito, visando a preservação de saúde mental. Auxilia juizados na avaliação e assistência psicológica de menores e seus familiares, bem como assessorá-los no encaminhamento a terapia psicológicas quando necessário. Presta atendimento e orientação a detentos e seus familiares visando a preservação da saúde. Acompanha detentos em liberdade condicional, na internação em hospital penitenciário, bem como atuar no apoio psicológico à sua família. Desenvolve estudos na área criminal, constituindo ou adaptando os instrumentos de investigação psicológica

## Capítulo II

### A PSICOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS

O presente capítulo irá apresentar inicialmente os aspectos históricos relacionados com a psicologia nas instituições jurídicas e a inserção do psicólogo nas mesmas. Serão descritas algumas formas de atuação apontadas pela literatura sobre o atendimento da família, da criança e do adolescente. Também será discutido sobre a formação do psicólogo para a atuação em instituições jurídicas.

#### 2.1 A história

O início do trabalho do psicólogo no campo jurídico aconteceu no final do século XIX quando esta intervenção era denominada de *Psicologia do Testemunho*, Maldonado (2003) explica que esta era a “psicologia inaugural no campo jurídico, um dos primeiros campos da psicologia aplicada ao direito, que trataria da investigação de testemunhas, dos protagonistas, dos delinquentes, dos cúmplices e das vítimas”(p.131).

O trabalho do psicólogo com o testemunho era responder as seguintes questões solicitadas pelos juizes: se a pessoa estava falando a verdade, se ela teria condições de memorizar o fato depois de algum tempo e se o local onde a pessoa estava proporcionava uma percepção exata do fato ocorrido (Brito 2000). Esta solicitação à respeito da avaliação do testemunho estava diretamente ligada com os princípios de sensação, memória e percepção, que eram áreas ligadas na época a Psicologia Experimental.

Paralelamente a este processo de inicio da psicologia inaugural no campo jurídico acontecia o movimento da Psicologia buscar sair do campo da Filosofia e se enquadrar dentro das ciências naturais. Para atingir este objetivo a psicologia precisava utilizar os mesmos parâmetros das ciências da natureza para se tornar ciência, pois estas (física, biologia e química) eram vistas como ciência na época. Este processo influenciou diretamente os psicólogos que trabalhavam no jurídico, para Myra y López (1967), esta deveria ser a Psicologia aplicada ao melhor exercício do Direito e também afirmava que “é uma ciência que, pelo menos, oferece as mesmas garantias de seriedade e eficiência que as restantes disciplinas biológicas” (p.22). Como resultado o trabalho do psicólogo estava influenciado pelo modelo positivista de atuação.

Um fator importante para a inserção do psicólogo no trabalho com o sistema judiciário foi o Decreto nº 53.464/64, que regulamente os dispositivos da Lei nº4.119/62 no artigo nº 4, item nº 6, que atribui, dentre as funções do psicólogo, a de realizar perícias e emitir pareceres psicológicos e a Lei nº 7.220 de 1984, prevê para o sistema penal brasileiro a existência de uma Comissão Técnica de Classificação, que seria constituída de no mínimo por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de

pena privativa de liberdade. O condenado, para conseguir o benefício de pena, deve ser submetido ao exame criminológico que é realizado pela Comissão Técnica para obter dados reveladores da personalidade. A avaliação do testemunho e a realização de perícias foram os principais meios de inserção do psicólogo no jurídico. O que resultou na divulgação e implementação do trabalho do profissional de psicologia direcionado a elaboração do psicodiagnóstico

Segundo Altoé (2001) dar relevância a este dado histórico é importante para desenvolver uma reflexão sobre a prática profissional da psicologia aplicada às instituições jurídicas e sobre as mudanças que tem ocorrido principalmente após 1980, indicando novas perspectivas para o século XXI. O resultado desta história inicial, influenciada pelo movimento positivista, foi a ênfase da prática do psicólogo nas instituições jurídicas a realização da perícia, exame criminológico e parecer psicológico baseado no psicodiagnóstico. Estes eram realizados à partir de algumas entrevistas e nos resultados dos testes psicológicos aplicados, pois estes procedimentos eram considerados cientificamente comprovados e serviam de subsídios às decisões judiciais.

Para atender este tipo de demanda os psicólogos buscaram se especializar e quem atendeu a esta solicitação foi a Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), em 1980, criando pela primeira vez no Rio de Janeiro, uma área de concentração, dentro do curso de especialização em psicologia clínica, denominada “Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos”.

Começam a surgir alguns questionamentos pelos psicólogos da área. O primeiro referido por Rautter (1994) era que os conteúdos dos laudos eram extremamente preconceituosos, moralistas e sem bases científicas. Outros

questionamentos foram citados por Brito (1999b) como o papel do psicólogo acabar sendo como os “olhos e ouvidos do Juiz” e sua atuação estar dividida entre clínico e detetive.

No Brasil o que influenciou a modificação da atuação do psicólogo nas instituições jurídicas, foi a mudança do Código de Menores (1927-1990) que contemplava a criança e o jovem como “perigoso”, “abandonado”, em ‘situação de risco’, ‘conduta anti-social’ para o Estatuto da Criança (1990) que considera todas as crianças e jovens brasileiros como sujeitos de direito. Segundo Altoé (2001) “esta mudança de paradigma regulamenta e chama a atenção para a responsabilidade do estado, da sociedade, dos estabelecimentos de atendimento e dos pais para com estes “sujeitos em desenvolvimento” (p.4). O resultado desta inovação impulsionou mudanças na prática profissional do psicólogo, surgindo um rico debate e novos posicionamentos sobre sua atuação, desta não poder estar afastada dos interesses abordados pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, no que se refere aos princípios abordados no capítulo que trata “Das responsabilidades e relações com instituições empregadoras e outras” artigo 4, parágrafo 1º que define: “O psicólogo atuará na instituição de forma a promover ações para que esta possa se tornar um lugar de crescimento dos indivíduos, mantendo uma posição crítica que garanta o desenvolvimento da instituição e da sociedade.

Segundo Altoé (2001), atentos a esta realidade os professores da UERJ reformularam a proposta existente, a especialização em psicologia clínica denominada “Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos”, para um curso de especialização em “Psicologia Jurídica”, não sendo mais uma área de concentração dentro do departamento de clínica, ligando-se então ao

departamento de psicologia social. Esta mudança favoreceu um ênfase muito menor as preocupações da clínica (ao psicodiagnóstico, em particular), voltando-se para questões pertinentes a psicologia social, sendo este um dos primeiros cursos do país ao formar especialistas.

Bomfim (1994) conclui que a psicologia avança no sentido de tornar-se uma profissão a serviço da saúde mental e da maior expressão da singularidade, a prática dos psicólogos continua ainda muito atrelada aos processos jurídicos, principalmente junto aos Juizados de Menores, às Varas Cíveis e Criminais e às Penitenciárias. Porém alguns psicólogos estão preocupados em deixar de ter somente uma prática profissional a serviço das instituições jurídicas, passando a buscar uma atuação também a serviço da cidadania. Tais profissionais acreditam na possibilidade de um exercício profissional onde a informação deva ser repassada não só aos juristas, mas também às pessoas que carecem de intervenção, de forma que o trabalho não seja estigmatizante e de controle social.

## **2.2. A atuação do psicólogo**

A Psicologia difere fundamentalmente do Direito positivo, por interessar-se predominantemente pelas pessoas e grupos, sem o caráter normativo das regulações jurídicas. Para Martins (2000) as duas ciências tem em comum o mesmo interesse pelo temas do ser humano e seu comportamento nas relações, porém diferem em seu objeto de estudo e campo de ação. Enquanto a Psicologia se dedica a estudar o ser humano em seus relacionamentos, do ponto

de vista de seus aspectos peculiares, procurando compreender como as relações ocorrem e intervém no sentido de promover o bem estar das pessoas. O Direito, por sua vez, preocupa-se com o homem em suas relações em sociedade, no sentido de como se comportam em relação as leis estabelecidas ou que serão estabelecidas, visando ao bem estar coletivo. Seriam então ciências de objeto e campo diferentes, que podem, contudo, em alguns momentos promover encontros de cooperação, estabelecendo trocas, inter-relações e colaborações entre si.

A procura do judiciário pela contribuição dos psicólogos é justificada por Brito (1993), devido a atuação do psicólogo ser praticamente indispensável, pois todo o Direito, ou grande parte dele, está impregnado de componentes psicológicos, justificando assim colaboração da Psicologia com o propósito de obtenção de eficácia jurídica.

A psicologia pode contribuir com o Direito em diferentes áreas, num processo de complementaridade e de mútua influência, sem que, nesse processo, contudo, cada uma das duas ciências abandone seus limites e especificidades. Martins (2000) aponta que as restrições entre esses encontros, em grande parte, referem-se à peculiaridade normativa do Direito e à possibilidade da Psicologia quando aplicada a essa área promover ou colaborar com a submissão das pessoas ao poder instituído. Tais questionamentos refletem o processo de não ter havido um processo de reformulação da “Psicologia Jurídica”.

Contudo a inserção do psicólogo nas instituições jurídicas ocorre independente destas reformulações e, com este movimento, surgem alguns questionamentos sobre a metodologia que estes profissionais estão adotando.

As principais instituições jurídicas onde ocorre esta inserção do psicólogo são apontados por, Bomfim (1994), Brito (1999a,b), Colégio Oficial de Psicólogos de España – COP 1998), Saldaña (2003). Estas instituições e a sua clientela atendida foram organizados e apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1:** Relação dos locais e clientela atendida nas instituições jurídicas

<b>Locais de Atendimento</b>	<b>Clientela Atendida</b>
Varas da Infância e Juventude	Atendimento a criança e ao adolescente. Crianças e adolescentes em conflito com a lei.
Varas de Família	Casais em processo de separação e divórcio, revisão de be determinação de visita ou guarda de filhos, assim como, processos adoção e casamento de menores.
Varas Criminais	Pessoas envolvidas no julgamento de delitos considerados de maior poder ofensivo, como assalto a mão armada, seqüestros, estupro e homicídios.
Juizados Especiais Criminais	Pessoas que estão passando por julgamento das contravenções pen e crimes cuja pena privativa de liberdade máxima não ultrapassem ano.
Sistemas Prisionais	Pessoas que estão cumprindo pena no regime aberto, regime fechado ou regime semi-aberto.
Organizações Governamentais e Não Governamentais	Organizações responsáveis pelo atendimento as pessoas que estão passando por algum momento do processo jurídico.
Delegacias	Local onde são registradas as queixas e boletins de ocorrência. É dos primeiros momentos de atendimento a vítima e ao infra Atualmente existe a delegacia direcionada ao atendimento da mulhe
Psicologia Policial	Policiais civis, militares e exército.

É possível verificar com estes dados que existem diversos locais onde o psicólogo pode trabalhar e que também é vasto o tipo de clientela que podem receber a contribuição da psicologia.

### **2.3. O trabalho do Psicólogo no atendimento a criança e ao adolescente em instituições jurídicas**

Neste sub-capítulo serão apresentadas algumas intervenções descritas na literatura relacionadas com o atendimento à família, à criança e ao adolescente.

Segundo Brito (1999) uma instituição que possibilita a intervenção da psicologia é a vara da infância e juventude. O atendimento que ocorre com maior frequência é com pais, crianças, adolescentes e casais que pretendem ou irão adotar um filho. Nesta modalidade as intervenções do psicólogo pode abranger o trabalho com grupos de adolescentes usuários de drogas, grupo de pais e orientação para casais guardiões e adotantes. O objetivo deste trabalho seria a proteção das crianças e adolescentes e o acompanhamento das medidas sócio-educativas com os adolescentes em conflito com a lei, buscando defender os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Lembrando que ao falar em cumprimento das medidas sócio-educativas também inclui o trabalho do psicólogo nas instituições responsáveis pelo internamento de menores para o cumprimento da medida. Também seria atribuído ao psicólogo as funções de apresentar pareceres técnicos nos processos correspondendo a perícia, aconselhamento, orientação, encaminhamentos, estudar as questões da família em relação a destituição do Poder Familiar, a colocação da criança em Família Substituta de Adoção e o acompanhamento da colocação. Para cumprir essas atribuições, o Psicólogo, como parte de uma equipe interprofissional, atua em consonância com o Serviço Social Judiciário, o representante do Ministério Público e o Juiz da Infância e Juventude, todos

inseridos no contexto institucional, que conta com oficiais de justiça, cartorários, advogados, etc. (D.M. Silva,2003).

Outra instituição seria a vara de família. Os principais processos atendidos segundo D. M. Silva (2003) e Vilela (2003) pelo novo Código Civil (NCC):são:

- Separação (consensual e litigiosa): com ou sem disputa da guarda de filhos menores.
- Divórcio (consensual e litigioso): com ou sem disputa de filhos menores.
- Pensão alimentícia;
- Investigação de paternidade;
- Processo de guarda e mudança de guarda: processo no qual ambos os genitores estão em litígio, ou mesmo avós, brigando pelo direito de residir com a criança. As formas alternativas de guarda são a compartilhada e alternada.
- Regulamentação de visitas: processo proposto por aquele que não detém a guarda da criança para assegurar o direito de visitar a criança.

Os tipos de intervenção desenvolvidas pelos psicólogos nas vara de família seria a realização de perícias (Alves,2001; Alfaro, Ramírez, 2003; Samper, 1995; Santos, 2003). Geralmente os laudos solicitados aos psicólogos são para determinar qual é o genitor mais adequado para cuidar da criança/adolescente e qual a melhor maneira de se instituírem as visitas. Outras intervenções apontadas pela literatura são as entrevistas devolutivas (Brito, 2000), o encaminhamento para atendimentos especializados (Bonamigo, 2003), a participação em plantões e audiências (Brito, 2000), o encontro com noivos (Fernandes, 2000), a conciliação e a mediação familiar (Haynes&Marodin,

1996; Santos, 2003, Schnitman, 1999; Ortiz,1992) e os procedimentos de sensibilização das pessoas envolvidas nos processos judiciais para a uma melhor participação nas audiências (Ribeiro, 2003).

Santos (2003), sugere as funções do psicólogo nas varas de família e da infância e juventude sejam a interdição em casos envolvendo violência familiar, violência conjugal, violência contra criança e abuso sexual. Assim como orientar, acompanhar e encaminhar famílias crianças e/ou adolescentes, verificar e incentivar o cumprimento do ECA, incentivar a promoção de ações que visem prevenir o abandono, a negligência e a marginalização, salvaguar o bem-estar psicológico de crianças e adolescentes.

O psicólogo que trabalha com a família, criança e adolescente deve ter uma posição crítica em relação a demanda da instituição e estar comprometido com o crescimento e desenvolvimento destes sujeitos (P. R. M. Silva 2000).

Santos (2003) acrescenta que durante o desempenho do seu trabalho o psicólogo deve estar atento não apenas à demanda do tribunal, mas à percepção da totalidade desse sistema. Para atingir esta dinâmica é necessário trabalhar com grupos interdisciplinares que possam avaliar as questões, analisar orientar e proporcionar soluções, com menor desgaste possível, às partes envolvidas. O resultado desta dinâmica seria levar as crianças e as famílias nesse sistema, a posicionar-se não como desencadeadoras, culpadas e vítimas deste processo, mas sim, como membros efetivos, e que seus direitos de proteção, amparo, físico, psicológico e social, estejam amparados pela lei, proporcionando menor sofrimento psíquico aos envolvidos, garantindo sua cidadania, e uma sociedade cada vez mais consciente, livre e apta a construir um ideal de justiça.

Estas crianças devem ser entendidas como um “sujeito a ser protegido” pela família, pela sociedade e pelo Estado, “em 1959 a Organização das Nações Unidas firmaram a declaração dos direitos da criança, elegendo a família e a comunidade por excelência as responsáveis pelo exercício e asseguramento daqueles direitos. Aragão (2000, p. 133).

O psicólogo também faz parte do processo de estabelecimento e cumprimento dos Direitos da Criança, e para atingir estes objetivos utiliza os conhecimentos da Psicologia para seu exercício profissional. Contudo, para que consolide a importância do papel do psicólogo dentro do judiciário é necessário a construção de conhecimentos científicos e buscar transcender a atuação para além da elaboração de laudos e pareceres.

#### **2.4 A inserção do psicólogo nas instituições jurídicas no Brasil**

A atuação do psicólogo nesta área jurídica é relativamente recente no Brasil. Martins (2000) afirma que no estado de São Paulo, data de 1978 o primeiro concurso público para psicólogo no Instituto Oscar Freire, Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (F.M.U.S.P.). Os ingressantes desse concurso foram, contudo, lotados no IMESC (Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo). Em 1980, os psicólogos já atuavam como voluntários na Vara de Menores (1º Ofício), na cidade de São Paulo. Em 1981 foi realizada a primeira contratação de psicólogos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, em 1985, o cargo de psicólogo foi

integrado ao quadro de funcionários dessa instituição, após realização de concurso público.

A fundação da Associação Brasileira de Psicologia de Psicologia Jurídica, foi um marco importante na discussão da prática dos psicólogos que atuam no âmbito jurídico. Em 1998 a associação organizou em São Paulo um dos maiores encontros de Psicologia Jurídica no Brasil, o III Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica, onde se reuniram psicólogos de todo Brasil e de outros países ibero-americanos para apresentar e trocar experiências sobre os trabalhos que desenvolvem dentro das instituições jurídicas.

Em relação ao número de psicólogos atuando diretamente com a psicologia jurídica no Brasil, a última pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2001 sobre o perfil do psicólogo brasileiro, aponta 2,5% dos profissionais entrevistados atuam nesta área.

No Paraná, segundo dados obtidos no Conselho Regional de Psicologia 8ª região, o número de psicólogos que receberam o título de especialista em psicologia jurídica até 2004 é de 40 profissionais. Este número pode não ser exato devido algumas variáveis que podem interferir neste resultado, algumas delas seriam que nem todos psicólogos que atuam na área fizeram a prova e os profissionais que não identificam o seu trabalho como dentro desta especialidade não se submeterem a prova.

## 2.5 Modelos de atuação da psicologia em instituições jurídicas

Segundo Bastos e Acchar (1994) a principal característica definidora deste final de século é o intenso e acelerado processo de transformação vivido pelas sociedades. São mudanças econômicas, políticas, tecnológicas e socioculturais que estão configurando, entre outros, novos cenários para o mundo do trabalho que impõe, em diversos planos, a necessidade de alterações nas definições, atitudes e competências dos profissionais.

Essa transformação que ocorre em escala mundial ganha características peculiares em realidades nacionais específicas, como no caso do Brasil, que está imerso em uma crise econômica e social de caráter estrutural. O país vive os problemas das sociedades mais industrializadas lado a lado com os crônicos problemas de um país de Terceiro Mundo, condição em que vive a maioria da sua população. Esta grande segmentação impõe alto grau de complexidade quando se examinam os desafios, a missão, o papel esperado de um determinado grupo profissional e, sobretudo, as transformações que marcam a sua atuação.

Martín-Baró citado por Maluf (1994) afirma que o problema, relacionado com estas diferenças, seria quando acontece a importação de modelos de atuação profissional de países de Primeiro Mundo. Muitos dos conceitos, teorias e modelos mais utilizados em psicologia surgiram em condições muito diferentes da realidade brasileira, e também à partir de interesses sociais muito concretos e na busca de respostas muito específicas. A falha seria aceitá-los como se tratassem de lentes universais e assépticas que nos permitissem ler qualquer realidade.

Ao pensar nestas diferenças existentes entre os países, decorrentes de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, Francisco e Bastos (1992) colocam uma questão importante, pois no caso brasileiro, é que, em larga medida, somos apenas consumidores – no máximo, adaptadores – de conhecimentos gerados pela ciência do primeiro mundo. A produção é reduzida e está muito aquém das demandas postas por um contexto cultural específico. A atividade de pesquisa, ainda incipiente e mal distribuída geograficamente, carece do fortalecimento de grupos, da consolidação de tradições, do estabelecimento de linhas consistentes de investigação que dêem a cumulatividade necessária a qualquer empreendimento científico.

Elemento significativo da crítica que se fez, durante anos, ao modelo de atuação do psicólogo, consistia no uso acrítico que este fazia de conhecimentos e técnicas, desconsiderando-se a realidade em que estes eram aplicados. Conjuntamente, tal crítica abarcava a incapacidade da psicologia de gerar um corpo sólido de conhecimentos que atendesse a esse requisito já que a prática, em larga escala, não era utilizada como elemento reflexivo, gerador ou questionador da teoria que a embasava. Subjacente, estava o pressuposto de que os fenômenos psicológicos comportam dimensões importantes que são contextuais. Por conseguinte, impõem-se limites aos princípios tomados como universais, apesar de serem produtos de épocas e contextos também específicos. (Bastos & Acchar 1994, p.262)

Implícita nessa experiência encontra-se a noção de insuficiência das teorias científicas disponíveis para se apropriarem adequadamente de fenômenos singulares da realidade de camadas populares de um país de Terceiro Mundo.

Como no Brasil não há uma tradição em pesquisas sobre a psicologia aplicada às instituições jurídicas, isso pode acarretar em problemas como o de importar conhecimentos de outros países. Segundo Sandoval (2000) as ciências psicológicas na América Latina tem sido em geral imitações pobres e grosseiras

das ciências das sociedades industrializadas. Esta importação de modelos não deveria acontecer com a psicologia aplicada as instituições jurídicas por esta trabalhar diretamente com governo, lei e sociedade, e estes três fenômenos no Brasil são totalmente diferentes da realidade dos países de Primeiro Mundo.

Estas diferenças do países de primeiro mundo e inclusive entre os próprios países da América Latina podem ser conferidas na pesquisa realizada por Alfaro (2003), que analisou os trabalhos publicados nos anais dos cinco Congressos Ibero-americanos de Psicologia Jurídica (tabela 2), sendo que este congresso é organizado pela maior associação mundial de divulgação científica da área, a Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica.

**Tabela 2:** Principais temas de interesse em psicologia jurídica pelos principais países participantes dos encontros da Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica.

<b>País</b>	<b>1º Encontro</b>	<b>2º Encontro</b>	<b>3º Encontro</b>	<b>4º Encontro</b>
<b>Argentina</b>	psicologia forense; desenvolvimento social e criminologia	perícia; teoria e pesquisa.	perícia na área civil e história; penal; tomada de decisões jurídicas; trabalhador, trabalho e globalização.	deontologia.
<b>Brasil</b>	tratamento penitenciário; menores e família	delinqüência juvenil; desenvolvimento social criminologia	psicologia aplicada ao menores; direito de família; família. psicologia aplicada a e infância e juventude.	
<b>Chile</b>	desenvolvimento social e criminologia; tratamento penitenciário	delinqüência juvenil; desenvolvimento social criminologia	personalidade e crime; vitimologia.	pesquisa; vitimologia
<b>Espanha</b>	menores e família; psicologia forense	vitimologia; teoria e pesquisa	perfil do psicólogo penal; presente e futuro; questões emergentes em psicologia jurídica	

O Brasil no decorrer dos congressos manteve a maior parte dos trabalhos apresentados em torno das temáticas referentes ao menor, adolescente e família. Enquanto outros países encontram seus principais interesses voltados também para outras temáticas como a perícia, a criminologia, a vitimologia, a teoria e pesquisa e o perfil do psicólogo.

Verifica-se uma diferença entre os países sobre os interesses ou demandas relacionadas ao psicólogo que atua nas instituições jurídicas, o que resulta em uma delimitação diferenciada dos modelos de trabalho para cada país, torna-se necessário assim, formar um modelo de atuação nas instituições jurídicas que seja condizente com a realidade brasileira.

Ao se pensar na atuação do psicólogo em instituições jurídicas de Bastos (1988); Bastos e Acchar (1994) reivindicam uma postura mais ativa do psicólogo no tocante a gerar conhecimento e a ajustar o seu conhecimento e a sua prática mutuamente. Sendo de grande importância a adequação à realidade social para a contribuição na superação dos cruciais problemas que o homem brasileiro vive.

## 2.6. A formação do profissional

O presente capítulo busca desenvolver a partir de uma breve discussão a relação entre a formação em psicologia e o preparo do psicólogo para atuar nas instituições jurídicas.

Bomfim (1994) explica que não há um consenso entre os psicólogos sobre a necessidade da existência de uma disciplina de Psicologia Jurídica nos cursos de graduação. Porém alguns autores (Anaf, 2000; Brito, 1999; Martins 2000) defendem a inclusão dentro dos cursos de graduação uma formação voltada para as questões da “psicologia jurídica”. Anaf (2000) explica que o tema da formação em psicologia jurídica no Brasil é de capital importância para a área, pois há uma ampliação cada vez maior do seu campo de ação e do número de profissionais trabalhando nesta área. Apesar da área da psicologia jurídica possuir experiências riquíssimas e atrair cada vez mais interessados, a formação para tal não estaria prevista nos currículos das Universidades, o que revela haver uma grande desproporção entre necessidade e interesse reais e oferta de subsídios para a preparação dos formandos. Anaf (2000) também afirma que o profissional conclui a faculdade, sem sequer receber informação de que existe a área.

Bomfim (1994), em uma pesquisa com os profissionais que atuam na área jurídica, encontrou uma posição dos entrevistados que defendem a introdução de uma visão geral na área para fornecer ao formando os seguintes conhecimentos:

- a) noções de Direitos Humanos e Institucionais, incluindo Estatuto da Criança e Adolescente

- b) conhecimentos sobre instituições penais, envolvendo a legislação e atuação do psicólogo nas Comissões Técnicas de Classificação;
- c) conhecimento sobre as varas civis, criminais, justiça do trabalho e da família, assim como a legislação e a atribuição específica do psicólogo;
- d) conhecimentos sobre a violência, em especial a violência contra a mulher, criança e adolescente e ações junto às delegacias especializadas e crimes sexuais;
- e) conhecimento sobre a elaboração de laudos e perícias psicológicas;
- f) importância da área de aconselhamento psicológico.

Lo Bianco (1996) salienta que a preocupação com a formação básica é um ponto fundamental, mas que ainda não se pode deixar de confrontar com a formação profissional, onde o tema das áreas emergentes volta ao primeiro plano, pois simplesmente acrescentar conteúdos ou disciplinas, causaria o risco de fazer mudanças de forma pontual e pouco coerente.

Para Witter, et al (1992) este quadro de referência está subjacente ao evoluir da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil e tenderão a influir no quadro futuro. Neste sentido, as perspectivas do evoluir da psicologia no Brasil passam também pela forma e intensidade pela qual cursos, conselhos e associações articulem os seus **saberes, fazeres e poderes**.

A atuação do psicólogo nas instituições jurídicas iniciou com a análise dos testemunhos e com a elaboração de leis que previam a intervenção de profissionais na elaboração de documentos de avaliação psicológica para subsidiar as decisões judiciais. Com o decorrer dos anos os psicólogos procuram

abandonar este modelo limitado de aplicações de técnicas para uma atuação mais ampla, que modifica a sua postura perante as pessoas envolvidas e que interfere de forma mais geral nos fenômenos implicados no seu trabalho. Com isto desenvolveram-se basicamente duas formas de atuação do psicólogo no judiciário; a clínica e a institucional.

Segundo Scoz, Barone, Campos e Mendes (1991) uma profissão surge da combinação de três fatores: 1) uma demanda social, que seria o problema; 2) da existência de recursos para atender a demanda, ou seja, os fundamentos teóricos e 3) do aparecimento de pessoas que dispõe e organizam os recursos disponíveis para atender a demanda, que é a prática.

Ao pensar na demanda social do psicólogo que atua nas instituições jurídicas verifica-se que esta estaria relacionada com as pessoas que estão envolvidas com o judiciário. Os fundamentos teóricos para atender esta demanda vieram principalmente segundo Pavón (2000) das ciências políticas, do direito, da psicologia, da antropologia, da biologia, da sociologia, da psiquiatria, da criminologia e da vitimologia. A prática é realizada principalmente pelos advogados, juízes, promotores públicos, além dos assistentes sociais, pedagogos, psiquiatras e psicólogos.

Perante esta demanda social de atendimento as pessoas envolvidas com o judiciário surge um grupo de psicólogos interessados nesta mesma demanda, além de se identificarem enquanto profissionais da psicologia. Segundo Del Prette e Del Prette (2003) os grupos efêmeros são aqueles que se formam em função de pelo menos dois fatores: as situações sociais e o processo de identificação entre seus membros. Para a formação do grupo, a situação social pode ser considerada como condição necessária, enquanto o processo de

identificação entre as pessoas envolvidas constitui uma condição suficiente, sendo ambas inter-relacionadas. As situações sociais se formam a partir da cultura em que sujeito e grupo operam.

Agora a questão que se coloca seria sobre a formação de uma identidade social para os psicólogos que trabalham nas instituições jurídicas. Para Del Prette e Del Prette (2003) o grupo é também a base para a formação de sua identidade social. A identidade social está relacionada a processos cognitivos de busca de compreensão do ambiente. Ao organizar seu ambiente, o indivíduo formula um esquema classificatório, ou seja, separa objetos ou pessoas com base em uma ou mais características comuns. A aquisição da identidade social é definida pela percepção da posição que o indivíduo ocupa na sociedade e resulta da filiação a diferentes grupos sociais. Então um dos problemas para formação de uma identidade do psicólogo que atua nas instituições jurídicas estaria relacionada com a compreensão do problema, ou a demanda social que fez surgir o grupo, pois se há pessoas envolvidas com os processos jurídicos existem diferentes visões de como entendê-la e assim em como construir suas práticas.

Existe atualmente o termo construído durante estes últimos anos de “Psicologia Jurídica” para tentar englobar os fazeres dos psicólogos nas instituições jurídicas, porém, tal definição como uma nova área de atuação encontram alguns problemas, que são compartilhados por outros novos campos estão tentando se constituir. Alguns destes problemas estariam relacionados na construção da identidade deste profissional, em seus horizontes epistemológicos e na própria prática desta nova “área de atuação”.

Primeiramente o termo psicologia jurídica segundo Bringhenti (2002) traz a idéia que esta se relaciona ao sistema judiciário, suas leis e normatizações,

talvez, através do sentido adjetivado pelo senso comum, tenha-se esta impressão que de certa forma não deixa de ser correta. No entanto a “Psicologia Jurídica” enquanto espaço de conhecimento e de atuação está buscando refletir e ampliar discussões sobre suas práticas. Tem se esforçado para a legitimação e reconhecimento. Mas muitas vezes questiona-se se esta é uma prática que estigmatiza e qual seria a postura adotada por estes enquanto espaço de atuação.

Ocorreram algumas mudanças em relação ao papel do psicólogo nas instituições jurídicas, atualmente estes psicólogos buscam uma ampliação de sua atuação. Este é um processo que ainda gera muitas discussões, o que remete as seguintes questões que são integrantes da presente pesquisa: o que fazem estes psicólogos nas instituições jurídicas, qual a formação acadêmica e profissional destes profissionais e como está o processo da formação de uma identidade dos psicólogos que atuam nesta área.

## **OBJETIVOS**

Os objetivos referentes a presente pesquisa são:

- Verificar a formação acadêmica e profissional dos psicólogos atuantes nas instituições jurídicas.
- Levantar e discutir as práticas dos psicólogos que atuam em instituições jurídicas de atendimento a família, a criança e ao adolescente.

## MÉTODO

Por tratar-se de uma pesquisa descritiva das práticas do psicólogo jurídico junto a família criança e ao adolescente realizou-se uma análise qualitativa dos dados levantados através de entrevistas de profundidade.

### Participantes

Os participantes da pesquisa foram sete psicólogos que trabalham na cidade de Curitiba em instituições jurídicas de atendimento a família, a criança e ao adolescente. Para não identificar as instituições onde os psicólogos trabalham serão descritas algumas atribuições gerais. Algumas instituições lidam diretamente com as medidas sócio educativas, outras trabalham com a proteção da criança e do adolescente e também há instituições jurídicas que trabalham com as famílias dos mesmos.

No decorrer da elaboração da presente pesquisa, houve o abandono do termo Psicólogo Jurídico para referir-se ao trabalho do psicólogo nas instituições jurídicas, isto ocorreu devido as discussões decorrentes do emprego deste termo e também devido as entrevistas realizadas.

### Entrevista de Profundidade

A entrevista de profundidade ou entrevista semi-estruturada, segundo Bauer e Gaskell (2002), refere-se a pesquisa qualitativa e fornecem uma descrição detalhada de um meio social específico. O escolha por este método de coleta de dados ocorreu devido esta ser uma entrevista que pode ser empregada como base para construir um referencial para pesquisas futuras, já que existem poucas pesquisas realizadas sobre o tema proposto pelo presente trabalho.

### Tópico Guia

Para a entrevista conseguir atingir os objetivos da pesquisa foi construído um tópico guia (tabela 3) que tem como finalidade orientar o processo da entrevista.

**Tabela 3:** Questões referentes ao Tópico Guia para a realização das entrevistas.

<b>Objetivos da pesquisa</b>	<b>Tópico guia</b>
Verificar a formação acadêmica e profissional dos psicólogos atuantes nas instituições jurídicas	-Tempo de formação; -Especialização ou formação cursada; -Contribuições da graduação para o trabalho atual;
Levantar as práticas dos psicólogos que atuam em instituições jurídicas.	-Dificuldades iniciais; -Clientela atendida; -Relacionamento interprofissional; -Como são desenvolvidas as práticas realizadas; -Objetivos das práticas;
Analisar a questão da identidade dos psicólogos que trabalham nas instituições jurídicas	-A relação com a psicologia jurídica -O que os mantém no trabalho

### Procedimentos

A realização da primeira etapa desta pesquisa envolveu um levantamento das instituições jurídicas de atendimento a família, a criança e ao adolescente que tivesse psicólogos em seu quadro de funcionários. Após este levantamento foram agrupadas as instituições e selecionadas as instituições que atendessem a população alvo da pesquisa. O projeto desta investigação bem como seu método, foram submetidos à avaliação e autorização da comissão de ética da Universidade Federal do Paraná (anexo 1).

Foi realizado o contato inicial por parte da pesquisadora junto aos psicólogos das instituições, onde foi fundamentada a relevância do estudo, seu objetivo e esclarecimentos necessários.

Para o estabelecimento deste primeiro contato telefônico houveram algumas dificuldades, a primeira variável interveniente é que o período planejado para a realização das entrevistas era o período de férias dos entrevistados. Assim, foram realizadas apenas 2 entrevistas no período pré-determinado. Estas entrevistas foram transcritas e começaram a ser analisadas e durante este tempo foram realizadas as outras entrevistas.

Com o término das coletas de dados foi construída uma matriz de dupla entrada tendo na abscissa as eixos norteadores, correspondentes aos objetivos de pesquisa, e na ordenada os sujeitos. Considerou-se sujeito cada psicólogo

entrevistado. Esta matriz foi preenchida pelas frases dos relatos que correspondiam às eixos norteadores.

Após a organização dos assuntos nos respectivos eixos norteadores os dados ficaram disponíveis para a leitura do conjunto de afirmativas. A leitura do conjunto de afirmativas teve o objetivo de identificar as frases-chave para cada categoria norteadora. Estas frases-chave foram obtidas através da seleção literal de trechos de cada relato. Garantiu-se desta forma que a essência da resposta relacionada à cada categoria norteadora ficasse preservada para análise; portanto as frases-chave expressaram fielmente o relato escrito dos psicólogos pesquisados. Em seguida procedeu-se a identificação de categorias e subcategorias (escritas na forma de palavra, conceito ou expressão) que representassem uma síntese das frases-chave. Estas subcategorias indicaram o que as frases-chave tinham de essencial, o que elas em suma queriam dizer.

### Análise dos Dados

A partir das frases-chave elencadas em cada categoria norteadora, e considerando-se as subcategorias, foram construídos textos que serviram para ilustrar o conjunto temático de cada subcategoria. Este texto contém as principais idéias obtidas dos conteúdos dos relatos. Paralelamente foram construídas tabelas com as categorias e suas subcategorias de cada eixo norteado, oferecendo o material para as discussões.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados serão apresentados de forma qualitativa, uma contendo a categorização das respostas e a outra apresentando as subcategorias através das frases-chave de cada participante. A coleta de dados foi obtida através de três questões principais que correspondem aos objetivos da pesquisa inicialmente elaborados: a formação, a atuação e a identidade dos psicólogos que atuam na área jurídica. Estes objetivos apresentam-se como eixos de análise, sendo que na categoria formação, devido a avaliação dos dados e para facilitar a compreensão dos mesmos foram acrescentadas as dificuldades iniciais, pois no decorrer das análises do conteúdo, observou-se que estes dois tópicos estavam relacionados. Através da análise do conteúdo de cada um destes eixos temáticos, foram sendo formadas as principais categorias de análise e as suas respectivas subcategorias (tabela 4).

Inicialmente serão apresentados os dados referentes aos participantes e sua respectivas instituições jurídicas. Posteriormente serão apresentados e discutidos os resultados obtidos nos três eixos temáticos com suas categorias e subcategorias.

**Tabela 4:** eixos de análise e suas respectivas categorias e subcategorias.

<b>Eixos de análise</b>	<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Formação e início da atuação</b>	Primeiro contato	Estágio curricular obrigatório Primeiro emprego Experiências anteriores antes de atuar no jurídico Encontrar literatura
	Dificuldades iniciais	Buscar literatura sobre a área de trabalho Compreender os conceitos jurídicos Elaborar documentos de avaliação psicológica Unir a teoria aprendida na faculdade com a prática de seus trabalhos Lidar com a população atendida
	Cursos de formação e/ou especialização	Terapia familiar sistêmica Terapia comunitária Teste de Rorschach Dependência química Nenhuma formação e/ou especialização
	Atividades desenvolvidas	Avaliação psicológica Orientação familiar Encaminhamento Mediação e conciliação
<b>Atuação</b>	Explicação sobre os problemas atendidos	Individual Familiar
	Relacionamento interprofissional	Advogado Assistente social Estagiários de psicologia Juiz Pedagogo Psicólogo
	Identificação enquanto psicólogo jurídico O que mantém atuando nas instituições jurídicas	

## APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA PESQUISADA

Para esta pesquisa foram entrevistados psicólogos que trabalham em 7 setores de instituições jurídicas de atendimento à família, à criança e

adolescente. Para facilitar a leitura dos resultados e não identificar os psicólogos, nem as suas instituições jurídicas, os mesmos foram nomeados pelas letras alfabéticas A,B,C,D,E,F e G. Para descrever as instituições jurídicas e seus setores foram apresentadas as descrições gerais de seus objetivos (tabela 5).

**Tabela 5:** Dados gerais de identificação dos psicólogos e das Instituições Jurídicas que trabalham.

Psicólogo	Sexo	tempo de formado (anos)	tempo que atua em instituições jurídicas	carga horária a diária	Cargo	Dados da instituição / setor onde trabalha
A	F	13	10	6hs	Psicóloga da equipe técnica	Trabalha no setor de laudo de uma Instituição de atendimento a criança e adolescente.
B	F	15	14	6hs	Psicóloga da equipe técnica	Trabalha em um setor de orientação familiar em uma instituição responsável pelos processos judiciais referentes a aplicação das medidas sócio-educativas.
C	F	11	9	6hs	Psicóloga da equipe técnica	Trabalha em uma instituição responsável pela execução da medidas sócio-educativas.
D	F	16	9	6hs	Psicóloga da equipe técnica	Trabalha em uma instituição responsável pela execução das medidas sócio-educativas.
E	F	16	17	8hs	Diretora da Instituição	Trabalha em uma instituição responsável pela execução das medidas sócio-educativas.
F	F	3	3	1hs	Psicóloga da equipe técnica	Trabalha em uma instituição responsável por processos familiares.
G	F	3	3	4hs	Coordenador a do setor da instituição	Trabalha em um setor responsável pela mediação familiar

Todos os entrevistados são do sexo feminino. O tempo médio de formação é de 11 anos. A média de trabalho em instituições jurídicas é de 9,28

anos. Através deste último dado é possível verificar que a maior experiência profissional dos psicólogos é no seu trabalho em instituições jurídicas.

Outra característica encontrada é que a maioria dos psicólogos trabalha em algum momento com as medidas sócio-educativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990). Tais medidas sócio-educativas são previstas no seu artigo 112 o qual, em caso de existência de ato infracional, estabelece que a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I – advertência;

II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviço a comunidade;

IV – liberdade assistida;

V – inserção em regime de semi-liberdade;

VI – internação em estabelecimento educacional

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. Este dispositivo trata da orientação e acompanhamento temporário, matrícula e frequência obrigatórias no ensino fundamental, inclusão em programa comunitário de auxílio à família, à criança e ao adolescente, bem como do tratamento em regime hospitalar ou ambulatorial e inclusão de programas para tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Os outros psicólogos que não trabalham diretamente com as medidas sócio-educativas trabalham com a proteção e bem-estar da criança.

A maioria dos psicólogos entrevistados fazem parte de uma equipe técnica que segundo o artigo 150 do ECA (1990), caberia ao Poder Judiciário, durante a elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para a

manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Para D. M. Silva (2003) estes artigos trata exclusivamente dos serviços auxiliares da justiça, que são exercidos por uma equipe interprofissional, cujos objetivos são: prestar atendimento de orientação e encaminhamento às pessoas e famílias que acorrem ao judiciário, e auxiliar o juiz na aplicação e administração da Justiça. O ECA não cita diretamente os profissionais que atuam nesta equipe multidisciplinar, mas segundo Fernandes (2001) e Silva (2003) os principais profissionais que atuam nestas equipes de atendimento a família, a criança e ao adolescente são os Assistentes Sociais, os Promotores Públicos, os Juizes de Direito e os Psicólogos.

Foram encontrados dois psicólogos em cargos de diretoria e coordenação. Segundo Bastos e Acchar (1994) seria uma das principais tendências de mudanças detectadas na prática profissional do psicólogo, independente de área ou campo de atuação. O psicólogo envolve-se em ações cuja amplitude da influência pode ser consideravelmente maior, e uma forma desta mudança no nível de intervenção consistiria na ascensão, dentro de uma instituição ou sistema, a postos que permitem esse grau ampliado de interferência. Ao assumir estes cargos de diretoria e coordenação aumentam as possibilidades de intervenção do psicólogo de tal forma que para Altoé (2001) suas atribuições não seriam definidas apenas pelos profissionais da área jurídica, pois ele mesmo teria a iniciativa de avaliar a demanda do local e sugerir propostas para o trabalho.

Quanto à formação e ao início da atuação dos psicólogos em instituições jurídicas, temos que as principais categorias deste eixo norteador foram

construídas através da análise do conteúdo do relato dos entrevistados que originaram três categorias principais: o primeiro contato com as instituições jurídicas, as dificuldades iniciais no início do trabalho dos psicólogos nas instituições jurídicas e os cursos de formação e/ou especialização procurado por estes. Durante a apresentação das sub-categorias serão apresentadas as frases-chave e discutidos os seus conteúdos.

#### O primeiro contato dos psicólogos com as instituições jurídicas

A primeira atuação em instituições jurídicas para quatro dos entrevistadas foi realização do estágio obrigatório em psicologia clínica durante a graduação. Destes, dois continuaram na mesma instituição após o término da faculdade e os outros dois desenvolveram atividades em outras áreas. Quando surgiu um concurso para contratação de psicólogo nas instituições jurídicas estes voltaram a atuar na área.

Os outros três psicólogos tiveram seu primeiro contato com a área jurídica depois da graduação, quando começaram a trabalhar nas Instituições que estão atualmente. Para dois deles esta é a sua única experiência profissional enquanto psicólogo. A outra psicóloga teve uma experiência profissional anterior trabalhando em uma creche.

*Eu fiz o estágio aqui e foi o que mais me chamou a atenção, que veio realmente de encontro com a minha maneira de ser, com a minha personalidade, depois passei a fazer parte do quadro, designada, porque não tem concurso não tem nada, eu fiquei designada por dois anos no voluntário e hoje meu vínculo é como cargo de confiança (F)... Comecei a trabalhar aqui no meu estágio do último ano e depois o juiz me chamou para continuar aqui (G)... Ao fazer meu estágio no juizado X adorei a experiência, mas depois de formada eu não consegui encontrar nada ligado a área, aí fui trabalhar em uma escola, aí quando saiu o concurso fiquei super feliz, e agora estou aqui (A)...Eu conheci o professor X que trabalhava com infratores aí fui fazer o estágio em clínica com ele e adorei, apesar de não me identificar com a teoria dele... depois de trabalhar na área organizacional, que não gostei, prestei o concurso aqui e passei (B)... Eu trabalhei em creche antes de entrar aqui (C)...Eu comecei aqui quando saí da faculdade (D)...Eu iniciei aqui quando era recém formada, trabalhei dois anos e me apaixonei pelo trabalho, depois casei e dei um tempo para o trabalho, depois de 8 anos voltei a convite, entrei como psicóloga novamente e passei para a coordenação técnica e agora para a direção (E).*

**Discurso síntese sobre o primeiro contato dos psicólogos entrevistados nas instituições jurídicas de atendimento a criança e ao adolescente**

O estágio realizado por todos os psicólogos durante a graduação teve um papel fundamental na escolha profissional. Witter et al (1992) em sua pesquisa sobre a formação e o estágio acadêmico em psicologia concluiu que nas instituições de ensino superior o estágio na área de clínica é privilegiado, embora haja uma tendência para buscar o equilíbrio. Observou que há poucos estágios em áreas emergentes, mas há um esforço sistemático e avaliativo neste sentido. Mesmo que os estágios relatados pelos psicólogos fazem parte da área clínica em suas instituições de ensino, estes saíram do modelo tradicional de atendimento em consultório (clínica-escola) e foram para outros espaços. Não se pretende nesta sessão discutir se estas práticas seriam mesmo da área clínica ou da área social, principalmente pela falta de dados daquilo que os psicólogos

faziam durante seus estágios e também por não ser o objetivo do presente trabalho.

### Dificuldades iniciais

As subcategorias formadas através da análise dos discurso dos entrevistados (tabela 7) são referentes as dificuldades iniciais que os psicólogos entrevistados encontraram durante o início de seus trabalhos nas instituições jurídicas.

**Tabela 6:** dificuldades iniciais dos psicólogos no início da atuação em instituições jurídicas.

<b>DIFICULDADES INICIAIS</b>
Buscar literatura sobre a área de trabalho
Compreender os conceitos jurídicos
Elaborar documentos de avaliação psicológica
Unir a teoria aprendida na faculdade com a prática de seus trabalhos
Lidar com a população atendida

As principais dificuldades relatadas pelos psicólogos sobre o início da sua atuação profissional em instituições jurídicas foram de não conseguir literatura sobre a relação entre a psicologia e o direito, de não compreender a linguagem do judiciário, não saber como elaborar um documento de avaliação psicológica. Assim como também foram encontrados relatos sobre a dificuldade em unir a teoria com a prática e lidar com a população atendida.

*Eu fui buscar livros e não encontrei (F)...Até dez anos atrás não tinha nada escrito sobre menor infrator e depois o que tinha ou não era relacionado com a psicologia ou não tinha embasamento científico (E)...As pessoas não publicam nem apresentam nada sobre este assunto (A)... Não encontrava nada , aliás até hoje não encontro muita coisa (B)...Fui procurar livros mas não encontrei, é muito difícil encontrar algo sobre menor infrator (C)...Só encontrei livros de auto-ajuda e hoje não tem muita coisa confiável (D)...Não encontrei na e não encontro literatura que possa me auxiliar aqui e olha que é uma área muito interessante e cheia de coisas para escrever (G).*

**Discurso síntese sobre a busca dos entrevistados pela literatura sobre a área de trabalho.**

A dificuldade em encontrar literatura referente a atuação do psicólogo nas instituições jurídicas também é apontada pela literatura (Bomfim,1994; Anaf, 2000), esta falta de literatura é explicada por Bringhenti (2002) pelo fato desta área ser relativamente nova se comparada a outras áreas cujas práticas já são consagradas, como a Psicologia Clínica, Psicologia Escolar e Psicologia Organizacional. Diz-se nova em termos de produção teórico científica e formação profissional. Seria necessário, por parte dos profissionais da área, uma maior dedicação e empenho no sentido de buscar através de pesquisas e experiências profissionais, discussões, críticas, produções, reflexões e novas significações sobre este novo espaço de atuação.

Esta dificuldade em encontrar literatura também pode ocorrer devido a como acontece esta busca pelo material relacionado ao tema. Ao procurar referencias sobre a palavra-chave Psicologia Jurídica (tabela 7) foram encontradas 82 publicações sobre o assunto. Mas a procura através de outras palavras chave também resgatou artigos referentes a família, adoção, estatuto da criança, adolescência, separação.

**Tabela 7:** publicações encontradas nos sistemas de busca com as palavras-chave psicologia e jurídica – psicologia e forense no dia 23/03/2004.

Sistema de Busca	Quantidade de publicações
Indexpsi	3
SIRPEP	1
LILACS	5
BVS – I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão	8
PsiLivros	5
CAPES - Banco de Teses	23
APA	37

Sobre as dificuldades relacionadas com a linguagem específica das instituições judiciárias, os psicólogos afirmaram que não conseguiam compreender o que os funcionários falavam, ou que não compreendiam o tipo e a finalidade do processo em que estavam trabalhando.

*Eu cheguei aqui e não sabia um termo jurídico e eu não tinha a menor idéia (F)... Eu não entendia o que estava escrito na documentação que me mandavam (A,C)... Eu não conseguia entender o que os advogados falavam (G)... nunca tinham me explicado o que eram as medidas sócio educativas (E,D)... Era complicado entender como que funcionava o processo de cumprimento das medidas sócio-educativas (B)...*

**Discurso síntese sobre as dificuldades iniciais com a compreensão dos conceitos jurídicos**

Esta dificuldade será analisada através do enfoque de uma lacuna na formação acadêmica, Bastos e Acchar (1994) ao falarem dos dois desafios colocados pelos movimentos inovadores de formação afirmam que um deles seria em como equacionar a integração do conhecimento psicológico

propriamente dito com os conhecimentos gerados pelas ciências afins. Na realidade, o reconhecimento da importância de outras disciplinas científicas não é algo recente e inovador. O próprio currículo mínimo dos cursos de psicologia contempla essa necessidade com a inclusão de outras disciplinas sociais e biológicas. O que parece é que a simples existência ou contato com tais áreas não tem se revelado suficiente para garantir uma perspectiva interdisciplinar ao campo. Assim, avança-se pouco ao se reconhecer tal necessidade sem apontar estratégias concretas de como efetivar esta integração.

Botomé (1988) acrescenta que a formação profissional ainda parece ignorar a Ecologia, a Administração, as Ciências Sociais e outras áreas do conhecimento que podem auxiliar o profissional psicólogo a entender e interferir nos processos com que trabalha ou que pode trabalhar. Bomfim (1994) acrescenta que na graduação seria necessário uma visão geral da área do direito e de outras ciências sociais como: noções de Direitos Humanos e Institucionais, incluindo os direitos de crianças e adolescentes, em especial às crianças em situação de risco; conhecimento sobre as instituições penais, envolvendo a legislação e a atuação do psicólogo nas Comissões Técnicas de Classificação; conhecimento sobre a legislação dos órgãos jurídicos e sobre a violência.

Todas as entrevistadas elaboraram documentos de avaliação psicológica no início de sua atuação nas instituições jurídicas, as principais dificuldades apontadas por elas estão relacionadas com a linguagem empregada nestes documentos, o conteúdo do documento e a forma de coletar os dados.

*Eu não sabia o que colocar na avaliação, como escrever e onde eu teria que chegar (A)...eu ia até a casa do menino para fazer uma avaliação bem profunda mas na hora de por no papel eu não sabia como fazer (B)...Nossa, eu nem sabia como era dividido este relatório, e se escrevia para um juiz ou para um psicólogo entender (C)... Escrever o primeiro relatório é muito difícil, pois nunca tinha feito isso (D)...Tive que aprender o que era o tal do relatório, para que servia e qual a sua função (E)... Na faculdade nunca me explicaram como se fazia um laudo, não sabia nem como escrever e nem que linguagem utilizar (F)... Pensei, e agora? Como se faz isso(G)*

**Discurso síntese sobre as dificuldades iniciais com a elaboração de documentos de avaliação psicológica**

A dificuldade apresentada anteriormente com os conceitos jurídicos refletem também na elaboração de documentos de avaliação psicológica. Pois este processo de avaliação também envolve o uso dos conceitos jurídicos, seja na escrita final do relatório/parecer, na compreensão da solicitação apresentada pelo juiz ao psicólogo, ou mesmo no entendimento do processo jurídico.

Um dado relevante é que no início da atuação de todos os psicólogos entrevistados se deu através da elaboração de documentos de avaliação psicológica. Este fato pode ser decorrente de dados históricos, pois o início da inserção dos psicólogos nas instituições jurídicas ocorreu devido a determinação de legislações específicas da área. A Lei nº 7.220 de 1984, prevê para o sistema penal brasileiro a existência de uma Comissão Técnica de Classificação, que seria constituída por no mínimo dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de pena privativa de liberdade. O condenado, para conseguir o benefício de pena, deve ser submetido ao exame criminológico que é realizado pela Comissão Técnica para obter os dados relacionados com a personalidade do detento.

Outra legislação relevante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90 que aponta no artigo 151 que é de competência da

equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação de ponto de vista técnico.

A elaboração de documentos de avaliação psicológica é uma das idéias mais difundidas sobre a prática dos psicólogos que atuam no meio jurídico. Para Brito (2000) o início a atuação do psicólogo geralmente é através desta atividade, porém alguns psicólogos no decorrer da sua carreira procuram ampliar a sua atuação e não passar estes dados apenas para o juiz mas também aproveitar os dados coletados para a orientação das pessoas envolvidas.

Ao analisar a formação em psicologia Bomfim (1994) afirma que seria importante durante a formação fornecer conhecimentos aos alunos sobre a elaboração de laudos e perícias psicológicas no assessoramento a justiça, envolvendo o psicodiagnóstico, as técnicas de exame e as entrevistas. O que pode acontecer é que durante a formação do psicólogo seja ensinado a forma de coletar e lidar com os dados, mas analisando o início da atuação do psicólogo nas instituições jurídicas verifica-se que a dificuldade está relacionada com a adequação de tais técnicas ao contexto que estão inseridos. Botomé (1988) esclarece que formação profissional parece estar baseada em uma concepção de “modelo pronto de trabalho em Psicologia”. Há uma ausência, na formação, de habilidades para estudar, analisar, elaborar, testar e desenvolver projetos de trabalho profissional a partir de problemas da população ou de necessidades do país, da região, do município ou da instituição onde se insere o psicólogo.

As outras dificuldades apontadas pelos psicólogos foram em relação com a dificuldade de unir a teoria aprendida na faculdade com a prática de seus trabalhos nas instituições e em como lidar com a população atendida.

*Então eu fiquei muito perdida, eu disse “ai meu deus que verdade que eu tenho que seguir mesmo” eu tava, sem, sabe, sem uma metodologia. A minha grande confusão era mesmo para onde eu vou, o que vou aplicar com estas pessoas (A)... Na verdade assim, quando você sai da faculdade, acha que não sabe nada, você sai realmente meio perdida, tudo muito solto, né, quando você está saindo da faculdade você não consegue muito articular a tua prática com, com toda a teoria, com toda a bagagem que você recebeu você não consegue articular muito bem (E).*

**Discurso síntese sobre as dificuldades em unir a teoria aprendida na faculdade com a prática profissional.**

Para discutir este dado será apresentada também as frases-chave sobre as dificuldades iniciais dos psicólogos em lidar com a população atendida e posteriormente serão relacionadas estas duas subcategorias para a discussão

*...Nossa, foi muito um dilema, assim, então daí eu tive que me desvestir de roupa de psicóloga, eu tive que andar na favela de tênis, eu tive que parar de falar palavras mais complicadas, “nós vamos trabalhar isso”, não tem trabalho coisa nenhuma “olha a gente vai falar disso”, então tive que realmente me adequar, essa foi a maior dificuldade (B)... Eu atuava com criancinha, então você tem que adequar a lidar com adolescentes que tão em uma fase completamente diferente, é um comportamento diferente, que estão privados de liberdade o que é pior ainda. Então assim, é a forma de abordar, conversar é diferente, de interagir com ele, porque adolescência você não pode estar confrontando direto com o adolescente, você tem que né, ter um jogo de cintura para poder atingir esta clientela. Porque com criança você fala e tudo bem adolescente não. Você tem que conquistar este adolescente para daí sim poder, a questão da empatia (C)...*

**Discurso síntese referente as dificuldades iniciais em lidar com a população atendida nas instituições jurídicas**

Segundo os psicólogos entrevistados, a população atendida por eles é de baixa renda, e uma das dificuldades apontadas por eles foi em como lidar com esta população, pois tiveram que modificar a sua conduta perante a clientela, Botomé (1988) em sua pesquisa sobre o psicólogo brasileiro encontrou dados indicando que mesmo quando os profissionais mudam de local de trabalho ou de população que atendem, eles mantêm o modelo clínico de atuação nas suas várias modalidades. Isso também aparece sob a forma de ausência de uma conceituação clara do que seja atuação em psicologia fora dos modelos tradicionais de atividade. Mesmo quando os psicólogos realizam atividades alternativas, os profissionais o fazem com desconforto, insegurança e um alto índice de abandono. A origem destas dificuldades são explicadas por Bastos (1988) devido ao modelo de formação do psicólogo, principalmente no que tange à sua adequação à realidade social, ter uma restrita penetração dos serviços psicológicos entre os segmentos majoritários da população. Bastos, Acchar (1994) afirmam a importância da alteração da clientela do psicólogo para caracterizar um novo modelo de atuação, pois se deve passar de uma clientela predominante de classe média e com poder aquisitivo para uma clientela mais diversificada, possibilitando acesso a segmentos socialmente excluídos e classes populares. Como resultado desta modificação da clientela do psicólogo, Dimenstein, (1998), alerta que o trabalho psicológico com a população de baixa renda fracassa quando o psicólogo pressupõe que seu cliente compartilha de seus valores, opiniões e de sua visão de mundo.

Cursos de formação e/ou especialização

Devido as dificuldades iniciais relatadas pelos psicólogos entrevistados encontradas no desenvolver seus trabalhos nas instituições jurídicas, seis destes buscaram um curso de formação ou especialização. As áreas de formação mais procuradas foram os cursos em terapia familiar sistêmica e a terapia comunitária, posteriormente foram citados o curso de formação no teste de Rorschach e em dependência química (tabela 7).

**Tabela 8:** Principais cursos de formação ou especialização procurados pelos psicólogos para auxiliar no trabalho nas instituições jurídicas:

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	<b>Total</b>
Terapia Familiar Sistêmica		X				X	X	<b>3</b>
Terapia Comunitária		X	X					<b>2</b>
Teste de Rorschach				X				<b>1</b>
Dependência Química					X			<b>1</b>
Nenhuma especialização	X							<b>1</b>

A procura pela formação em terapia familiar sistêmica ocorreu devido aos psicólogos afirmarem que esta seria a abordagem mais adequada por elas terem que lidar com famílias e esta visão só a teoria sistêmica poderia fornecer. Tanto que um dos requisitos obrigatórios na contratação de estagiários para os entrevistados F e G seria o estudo da abordagem sistêmica.

A Terapia Familiar Sistêmica segundo Doron e Parot (1998) é uma abordagem terapêutica do grupo familiar. Essa teoria e esse método, inspirados na filosofia pragmatista de W. James, são a base dos trabalhos da Escola de Palo

Alto difundidos a partir da década de 1960. Ao contrário da metodologia psicanalítica, essa abordagem privilegia a observação, dentro da família, das condutas interativas e das trocas comportamentais manifestas, cujos efeitos patogênicos ela tende a denunciar. A terapia sistêmica possui suas próprias técnicas para tornar clara a comunicação perturbada no sistema familiar.

Porém um ponto importante foi a ênfase dada as psicólogas que por trabalharem com famílias tiveram que procurar especialização em Terapia Sistêmica para compreender o fenômeno familiar, sendo que outras teorias também apresentam ferramentas para tal compreensão e intervenção, como a Teoria Comportamental (Silvares&Gongorra 1988; Silvares 2000; Conte 2001 2; Ingberman 2001; Morais& Murari 2001; Banaco&Martoni 2001 7;), Psicodrama (Dias 2000; Bustos 1982; Reis 1992; Holmes&Karp 1992; Williams 1994), Fenomenologia (Bruns&Holanda 2001), Gestalt (Stevens 1988),Psicanálise (Calil 1987; Plastino 1993; Mezan 1998; Salomé 1989; Carneiro 1990;), Cognitivo Comportamental (Rangé 2001; Dattilio&Freeman 1995; Neto 2003), Psicologia Social (Debieux Rosa 1999; Broide 1999; Reis 1984; Kruger 1986) entre outras. Levanta-se a questão desta ser uma visão muito difundida onde sempre que se trabalhar com famílias deveria procurar a sistêmica e também a falta de informação referente ao movimento de outras abordagem em trabalhar com famílias.

O segundo curso mais procurado foi o de Terapia Comunitária, a justificativa por esta formação foi devido a abordagem compreender técnicas que alcançam a população com menor condições socioeconômicas. Segundo Barreto (2004) a terapia comunitária procura construir um modelo de atendimento às pessoas estressadas ou vivendo em uma situação de crise que

leva em conta três elementos básicos: a discussão e realização, em nível de comunidade, de um trabalho de saúde mental preventiva e curativa, procurando engajar todos os elementos culturais e sociais ativos da comunidade: líderes comunitários, educadores, curandeiros, poetas, artistas populares, num processo de revitalização da memória. O segundo elemento básico é a ênfase no trabalho em grupo e a terceira a criação de uma consciência social gradativa.

O objetivo da terapia comunitária seria reforçar os espaços afetivos entre as pessoas e procurar intervir como um comunicador preocupado em clarificar as mensagens, os não ditos e sobretudo a ajudá-los a tomar consciência das implicações humanas na gênese das crises e conflitos, para que a comunidade possa se implicar na resolução dos problemas. Gebara (2001) explica que o desenvolvimento da terapia comunitária está fundamentado em três grandes vertentes: a teoria dos sistemas, a teoria da comunicação e a antropologia cultural.

A formação em teste de Rorschach veio para suprir, segundo o psicólogo entrevistado, a necessidade de aperfeiçoar as técnicas para a elaboração de avaliações psicológicas. O teste de Rorschach é explicado por Doron (1998) como um teste projetivo, criado por H. Rorschach, em 1921. Esse teste das “manchas de tintas”, seria amplamente utilizado em psicologia clínica para a avaliação do funcionamento psíquico. Compreende dez pranchas apresentadas numa ordem exata, sendo o sujeito convidado a dizer tudo aquilo as pranchas o fazem pensar. O interesse do teste prende-se à interpretação aprofundada dos fatores, em termos de condutas psíquicas.

O curso de dependência química foi realizado devido a maior parte da população atendida pela psicóloga serem dependentes químicos. Observa-se

através dos relatos que os cursos de formação ou especialização foram realizados pelos psicólogos para suprir as dificuldades iniciais destes para compreenderem a clientela que estão atendendo e para buscar formas de intervenção que atinjam a mesma.

É possível observar que o caminho percorrido pelos entrevistados para responder aos problemas de como lidar com a família foram direcionados aos pontos relacionados a psicologia clínica. Os primeiros cursos procurados, terapia familiar sistêmica, formação no teste de Rorschach e dependência química, eram os cursos que na época eram ofertados na cidade de Curitiba. A terapia comunitária foi procurada como uma segunda formação para alguns dos entrevistados, esta começou a ser oferecida recentemente na cidade de Curitiba e os psicólogos ainda estavam fazendo a formação durante a coleta de dados da presente pesquisa.

Quanto à atuação dos psicólogos nas instituições jurídicas passa-se a apresentar este eixo temático com as categorias e subcategorias estabelecidas, juntamente com a discussão de seus resultados.

As intervenções realizadas pelos psicólogos entrevistados abrangem atendimentos individuais e familiares. São desenvolvidos documentos de avaliação psicológica, encaminhamento de casos e mediação de conflitos (tabela 9).

**Tabela 9:** categorização das atividades desenvolvidas pelos os psicólogos nas instituições jurídicas de atendimento a criança e ao adolescente.

Atividades Desenvolvidas	Objetivos
Realizar avaliações psicológicas relacionadas ao menor;	Informar ao juiz questões referentes ao caso atendido para a tomada da decisão judicial. Trabalhar durante a sua elaboração o aumento da auto-estima, a introjeção de normas, controle da impulsividade e desenvolver a função paterna e materna.
Grupos de orientação familiar;	Informar sobre o funcionamento da instituição. Capacitar e orientar famílias para o cumprimento das medidas sócio-educativas. Aumentar a auto-estima das pessoas atendidas. Trabalhar o vínculo familiar do menor
Encaminhamento	Encaminhar casos para avaliações psiquiátricas, atendimento ao alcoolismo e outras drogadições.
Mediar e conciliar o casal sobre questões referentes ao menor.	Baixar a ansiedade do casal para conciliar e mediar a questão referente ao menor.

A seguir serão apresentadas e discutidas as atividades descritas pelos psicólogos entrevistados.

#### Avaliações psicológicas

A primeira sub-categoria refere-se a realização do diagnóstico psicológico. Ancona-Lopez (1984) explica que o uso do termo diagnóstico psicológico varia de acordo com as concepções em psicologia, encontra-se muitas vezes ao invés de “diagnóstico psicológico”, a utilização dos termos “psicodiagnóstico”, “diagnóstico da personalidade”, “estudo de caso” ou “avaliação psicológica”. Cada um desses termos é utilizado preferencialmente

por grupos de profissionais posicionados de formas diferentes diante da psicologia.

As avaliações psicológicas são definidas por Ancona-Lopez (1984) como uma forma de compreensão situada no âmbito da psicologia e tem como função a orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, solução de problemas de ajustamento, assessoria e perícia sobre assuntos de psicologia. Na prática do psicodiagnóstico, o objetivo é organizar os elementos presentes no estudo psicológico, de forma a obter uma compreensão do cliente a fim de ajudá-lo. O psicólogo estará atendendo a objetivos definidos teoricamente, estará aplicando conhecimentos teóricos, validando-os ou modificando-os.

Os objetivos do diagnóstico seriam segundo Ocampo e Arzeno (1981) como de conseguir uma descrição e compreensão, o mais profunda e completa possível, da personalidade total do paciente ou do grupo familiar. Porém Ancona-Lopez (1984) explica que os conhecimentos dentro da psicologia não se agrupam indiscriminadamente, por isso existem diferenças no objeto de estudo e no método a ser utilizado no diagnóstico. São muitas as teorias existentes, e nem sempre convergentes, a atuação do psicólogo em diagnóstico, assim como em outras funções privativas da profissão varia consideravelmente.

Apenas o psicólogo B não elabora mais documentos de avaliação psicológica, sendo que os demais possuem em suas atividades a elaboração deste tipo de documento. Por mais que os psicólogos procurem e desenvolvam movimentos para abandonar tal prática ela ainda permanece como foi observado nos psicólogos entrevistados. Os documentos mudam de nome de acordo com a instituição, alguns chamam de laudo e outros de relatório.

Segundo o manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes da avaliação psicológica do CFP, o relatório ou laudo psicológico é uma apresentação descritiva de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica. Deve ser subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de um instrumental técnico, consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.

A finalidade do relatório ou laudo psicológico segundo o CFP seria a de apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, relatando sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e evolução do caso, orientação e sugestão de projeto terapêutico, bem como, caso necessário, solicitação de acompanhamento psicológico, limitando-se a fornecer somente as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição. Todos os relatórios elaborados pelos psicólogos são encaminhados para o juiz e possuem a finalidade de fornecer dados para a tomada de uma decisão judicial.

Foram encontradas três formas de realizar a avaliação psicológica (tabela 10). Estas formas estão relacionadas com a relação do avaliado com a instituição a qual está ligado.

**Tabela 10:** Relação entre os procedimentos de avaliação psicológica e o convívio do avaliado na instituição jurídica.

Relação avaliado e instituição	Procedimento para a avaliação
O avaliado está na fase das realizações das audiências, tem contato com a instituição por algumas horas.	A avaliação é realizada através de um encontro onde é realizada a entrevista, observação durante a entrevista e quando o psicólogo verifica a necessidade aplica testes.
O avaliado está aguardando a audiência; tem contato com instituição por alguns dias. Porém há um alto número de casos para serem avaliados pelo psicólogo.	A avaliação é realizada em no máximo dois encontros, pode ser individual e/ou familiar. É realizada a entrevista, observação durante a entrevista, coleta de dados com outros funcionários que mantêm contato com o avaliado e a aplicação de testes quando o psicólogo verifica a necessidade.
O avaliado já passou pelas audiências e encontra-se em contato com instituição por um tempo superior a três meses	A avaliação é realizada em encontros semanais, geralmente é individual. É realizada a entrevista, observação durante a entrevista, na interação familiar, e nos outros momentos da relação do avaliado com a instituição. A coleta de dados é realizada também com outros funcionários que mantêm contato com o avaliado e há aplicação de testes quando o psicólogo verifica a necessidade

Ao analisar os dados observou-se que a relação do avaliado com a instituição jurídica influencia nos procedimentos adotados para a avaliação psicológica. O número de entrevistas para a coleta de dados, variam de um único encontro à encontros semanais durante um período de tempo. Ou seja, o número de encontros varia de acordo com o tempo que o cliente permanece ou frequenta a instituição.

Os principais testes utilizados pelos psicólogos para a realização da avaliação psicológica foram: a entrevista, a observação e os testes psicológicos. Segundo Ocampo (1981) o processo psicodiagnóstico deveria seguir os seguintes passos:

- 1º) Primeiro contato e entrevista inicial com o paciente;
- 2º) Aplicação de testes e técnicas projetivas;
- 3º) Encerramento do processo: devolução oral ao paciente (e/ou seus pais);
- 4º) Informe escrito para o remetente.

Os recursos técnicos mais utilizados pelos psicólogos são os projetivos como o Teste Rorschach, Zuliger, HTP, as técnicas do desenho e do lúdico. Foram encontrados também a utilização do teste psicomotor Bender.

Um dado importante é que após a realização do psicodiagnóstico nenhum entrevistado realiza a devolução ao cliente, o documento é escrito e enviado para o Juiz, ou seja, não há uma devolução ao cliente.

Sobre o referencial técnico-filosófico científico para elaborar a avaliação, o predomínio foi da teoria sistêmica e da psicanálise. Os psicólogos C, D e E escolhem a teoria de acordo com o caso, ou seja, de acordo com a situação seria escolhida a sistêmica, a psicologia social, o psicodrama ou outra teoria.

Um ponto relevante a ser considerado é que todos os psicólogos que realizam os relatórios afirmam não praticarem um trabalho de psicoterapia devido a questão do tempo ser muito curto, de não ser a finalidade do atendimento e principalmente por esta relação de avaliação impedir o estabelecimento de um vínculo. Porém os psicólogos relatam que aproveitam este momento de coleta de dados para trabalhar questões relativas ao aumento da auto-estima, a introjeção de normas, controle da impulsividade e ao desenvolvimento da função paterna e materna.

### Grupos de orientação familiar

Os grupos de orientação familiar são desenvolvidos através de encontros semanais, sendo que o total destes variam entre 1 à 4 encontros. Alguns psicólogos permitem a participação do menor apenas no último encontro, enquanto que outros permitem a participação do menor em todos os encontros.

Os objetivos relatados para a realização dos grupos de orientação familiar são os de informar os pais sobre o funcionamento da instituição, capacitar e orientar famílias para o cumprimento das medidas sócio-educativas, aumentar a auto-estima das pessoas atendidas e trabalhar o vínculo familiar do menor

### Encaminhamento

Todos os psicólogos entrevistados realizam o encaminhamento de casos, os principais encaminhamentos são para a realização do teste Rorschach com psicólogos especializados neste tipo de teste, para o tratamento psiquiátrico e/ou psicológico e para grupos de atendimento a alcoólicos e dependentes químicos.

### Mediar e conciliar o casal sobre questões referentes ao menor.

Outra atividade encontrada foram a de mediar e conciliar os casais sobre questões referentes ao menor. O IMAB (2000) define a mediação como um método extrajudicial de resolução de conflitos onde um terceiro, neutro e

imparcial, mobiliza as partes litigantes para acordo. O mediador ajuda as partes a identificar, discutir e resolver as questões do conflito, transformando o paradigma adversarial em cooperativo.

Segundo estatísticas do Centro Latino - Americano de Mediação e Arbitragem - CLAMA (2000), 81% dos casos submetidos as Técnicas Alternativas de Resolução de Conflitos encontram resolução imediata, sem que haja instauração de processo judicial. Além de ser um processo econômico, flexível, sigiloso e particularizado a cada caso. Outra vantagem da mediação seria de promover o reposicionamento para a construção de futuro mais harmônico, evitando desgastes, novas ações judiciais e aumento do conflito.

Com isso Haynes; Marodin (1996, p.11) afirmam que “...a mediação é idealmente apropriada para as disputas familiares”. Dentro do âmbito da mediação familiar encontram-se conflitos relacionados com separações de casais, pedido de pensão alimentícia, guarda de filhos, separação de bens e revisões de termos de separação.

O psicólogo que trabalha na área de mediação, deve estar sempre atento para não entrar em um processo de psicoterapia com as partes, pois não conseguirá fazer nem a mediação nem a terapia. Além de poder perder o objetivo de seu trabalho e prejudicar as partes que estão sendo atendidas. “A mediação é prima em primeiro grau da terapia. Mas prima também em primeiro grau do direito. E não é terapia nem direito. Mediação é mediação” (William Neville, citado por Marodin 2000).O objetivo relatado pelos psicólogos para esta atividade é de baixar a ansiedade do casal para, assim, conciliar e mediar a questão referente a criança e ao adolescente.

### Explicação sobre os problemas atendidos

As características dos problemas enfrentados pela população atendida pelos psicólogos foram divididos em duas categorias devido ao tipo de intervenção deles abranger dois tipos: a familiar e a individual (tabela 11), as principais citações estão relacionadas com problemas clínicos.

**Tabela 11:** problemas característicos da população atendida pelos psicólogos nas instituições jurídicas.

<b>Explicações dos problemas atendidos pelos psicólogos</b>	
<b>Familiar</b>	<b>Individual</b>
<p><i>falência dos vínculos familiares</i>  <i>pais desorientados</i>  <i>não se consideram cidadãos</i>  <i>não conhecem seus direitos</i>  <i>não ter a função materna e paterna</i>  <i>desesperança com seus filhos</i>  <i>achar que a justiça é depositário da resolução</i>  <i>questões afetivas e intrapsíquicas</i></p>	<p><i>transtorno de conduta</i>  <i>transtorno de personalidade</i>  <i>não conseguir cumprir a normas</i>  <i>paciente terminal social</i>  <i>falta controle dos impulsos,</i>  <i>inconseqüência</i>  <i>imaturidade</i>  <i>drogadição</i>  <i>baixa auto-estima</i>  <i>adolescência</i>  <i>personalidade</i>  <i>conflito no relacionamento interpessoal</i></p>

Os psicólogos, ao relatarem sobre a origem dos problemas que atendem durante seu trabalho nas instituições jurídicas, foram separados em duas categorias: as relacionadas com a dinâmica familiar e as relacionadas com o individual. Grande parte destes problemas estão direcionados com problemas clínicos e alguns, como, os pais não se considerarem cidadãos e não conhecem seus direitos, poderiam ser colocados em uma outra subcategoria como um

problema social. Temos também uma origem cultural que seria a de que as pessoas colocam a justiça, em um modelo paternalista, sendo que esta seria responsável por resolver os seus problemas.

### Relacionamento Interprofissional

Ao analisar o relacionamento interprofissional dos psicólogos entrevistados (tabela 12) será considerado o relacionamento interprofissional quando estes relataram trabalhar em conjunto para atingir os seus objetivos.

**Tabela 12:** Relacionamento interprofissional dos psicólogos durante sua atuação.

	A	B	C	D	E	F	G	Total
Advogado						X	X	2
Assistente Social	X	X	X	X	X	X		6
Estagiário (psicologia)		X				X		2
Juiz						X	X	2
Pedagogo			X	X	X			3
Psicólogos					X			1

O maior número de profissionais com quem os psicólogos interagem são com os assistentes sociais seguido dos pedagogos, e a seguir, com os advogados, juízes e estagiários de psicologia. O menor tipo de relacionamento foi entre psicólogos.

Através da análise dos dados surge a discussão sobre o termo “psicologia jurídica” que é utilizado para definir os fazeres destes psicólogos. Para melhor discutir a atuação do psicólogo nas instituições jurídicas seria necessário uma maior organização de seus fundamentos epistemológicos e metodológicos.

Este problema em utilizar a terminologia também surgiu diante dos próprios psicólogos participantes da pesquisa, quando nenhum deles conseguiu explicar o que seria a “psicologia jurídica”. Apesar de todos terem o título de especialistas em psicologia jurídica pelo CRP, apenas dois disseram que se identificavam enquanto tal.

*Tenho o título do CRP mas não sei se meu trabalho seria da psicologia jurídica, quando comecei a trabalhar nem se falava nisso, hoje que o pessoal tá falando mais (A)...Eu fui saber que eu era uma psicóloga jurídica faz dois anos, não sabia o que que era isso...daí eu conheci uma moça que falou “olha, o CRP tá acertando o a especialidade das pessoas vá lá ver, de repente você, né, seria interessante você fica com seu título de especialista” e falei “especialista no quê?” daí ela falou em psicologia jurídica, e eu “há que legal que lindo”. Daí fui lá no CRP e me informei e dei todo o meu material, o que eu tinha, tudo o que eu fazia aqui, porque eu já fiz laudo, fiz quatro anos de laudo, eu trabalhei nos atendimentos aos adolescentes na regional, né, das famílias da regional. (...) a gente não entende, não assume o papel na verdade de ser um psicólogo jurídico. Agora você pensa que alguém se intitula, assim, você fazendo uma entrevista com as meninas você vai ver, eu acho que elas nem, sabe, vão “hã, o que que é um psicólogo jurídico”, a gente não assume este papel, a gente assume um, eu trabalho com adolescente infrator. E aí eu fui pro CRP e fiz a minha prova de títulos e recebi uma carteirinha onde eu sou especialista em psicologia (riso) jurídica, eu falei “oi que lindo”, “isso é demais”, mas na verdade não me identifico com a coisa. Daí me chamaram pra falar de psicologia jurídica, eu falei “meu deus o que eu vou falar” e é o que eu faço, mas exatamente, na verdade a gente partiu do empírico, o psicólogo veio para cá para subsidiar o juiz que é nos laudos, então antigamente era só laudo(B)... Olha na verdade, é, você acaba abrangendo uma área muito grande, se torna até ligada a questão jurídica porque a gente tá ligado diretamente ao judiciário, a gente tem que responder ao judiciário, mas envolve a questão social, né porque a gente acaba envolvendo toda a questão social também, então não dá para dizer que é só psicologia jurídica, seria jurídica, porque nós estamos, a gente tem que prestar conta ao jurídico, neste sentido, a gente tem que elaborar um laudo e encaminhar, pro, pro juizado. Mas dizer que é só uma área jurídica eu acho que restringe muito, é muito maior que isso (B)... Acho que não é só isso, faço muitas outras coisas, eu trabalho com as famílias também (C)... Não*

*sei lhe dizer se o que faço é psicologia jurídica (D)... Meu trabalho abrange outros aspectos que não seria apenas a psicologia (E)... Sim, trabalho com o juiz em benefício do jurídico e das pessoas envolvidas no processo (F)... Sim, meu trabalho é da psicologia jurídica (G)*

**Discurso síntese sobre a identificação dos sujeitos enquanto psicólogos jurídicos.**

Todos os psicólogos entrevistados possuem o título de especialista em psicologia jurídica pelo Conselho Regional de Psicologia regulamentado pela resolução do CFP nº 014/00. Os entrevistados que não se reconhecem enquanto psicólogos jurídicos obtiveram seus títulos através da concessão do título profissional de especialista em psicologia por experiência comprovada, ou seja, o título foi concebido por comprovação de experiência profissional de no mínimo 5 anos, não sendo submetidos a provas. Os outros dois psicólogos que possuem o título de especialista e se identificam como psicólogos jurídicos submeteram-se a uma prova, onde tiveram que estudar uma literatura pré-selecionada pelo CFP sobre temas relacionados com a psicologia jurídica, para assim obterem o título de especialista, sendo que estes dois entrevistados não possuem os cinco anos de experiência na área.

Através destes dados observa-se a maioria dos psicólogos entrevistados construíram suas práticas através de uma demanda social, onde utilizam os fundamentos teóricos da psicologia para desenvolver sua atuação, Witter (1992) explica que a consolidação e o aparecimento de áreas emergentes quer de conhecimento quer de atuação depende do evoluir do conhecimento científico, das necessidades sociais e da apropriação pelo profissional do referido conhecimento habilitando-o a atuar produtiva e competentemente. Então estas práticas já existem, mas há um movimento para tentar organizar e discutir tais práticas que se denominaria psicologia jurídica, mas que ainda não está consolidada pelos profissionais entrevistados.

No relato dos entrevistados também se verifica que a concepção de psicologia jurídica que estes possuem é da psicologia jurídica positivista, quando afirmam que seu trabalho seria mais voltado para o social, sendo que esta discussão da abrangência do trabalho do psicólogo jurídico já é apontada pela literatura (Altoé,2001; Anaf,2000; Aragão,2000; Bonfim, 1994; Bringhenti, 2002; Brito, 1993; Brito, 1999; Brito, 2000), quando afirmam que esta atuação passa por momentos de discussão da ampliação do campo de intervenção do psicólogo dentro do judiciário, ou seja, está buscando outros campos para além da elaboração de laudos e aplicação de testes.

Devido a estas discussões, a presente pesquisa abandonou a terminologia e enfocou a descrição e discussão das práticas dos psicólogos que trabalham em instituições jurídicas. Para isso é necessário compreender como os psicólogos começaram suas atividades nesta área.

Sobre o que mantém estes psicólogos atuando nas instituições jurídicas foram apontados a gratificação das famílias, o prazer de trabalhar com a criança e o adolescente e o prazer em resolver problemas.

*Pois olha, o que mantém são as famílias mesmo né, sabe é um pai dizer aqui “brigada por ter me atendido, deus te abençoe”, “você é importante”, “pô, como foi bom participar disso”, “puxa, eu tô me sentindo muito mais capaz”, né, um sorriso, uma pessoa que volta e diz “ tudo bom, quanto tempo, eu vim te procurar aqui, vim trazer minha vizinha aqui pra falar com você”, a recompensa é só essa, né, absolutamente, nenhuma outra recompensa, nem financeira, nem daqui mesmo, nem reconhecimento do teu trabalho a gente não tem, o que te valoriza são as famílias, o teu ganho está aí, de perceber que elas saíram mais fortalecidas daqui, quando passam pelo trabalho, sabe, que passam mesmo por uma experiência aqui, que vá acrescentar na vida delas, vai fortalecer ela enquanto pai, enquanto pessoa mesmo B (...) trabalhar com adolescente é uma coisa que também te dá muita vida, porque é um desafio, e esses meninos são apaixonantes, você procura resgatar o melhor deles e acaba resgatando o melhor de si também, eu digo que nós somos extremamente abençoados, eles nos abençoam a família nos*

*abençoa, isso vai alimentando, é tão gratificante quando a família liga e diz que seu filho está bem, é isso que mantém a chama acesa, estar ali participando desta história. Eu tenho filho e eu quero um mundo melhor para ele, eu acho que esta é a parcela que eu tenho que dar C (...) É acreditar nesse menino, quando você está aqui dentro e acaba convivendo com ele você esquece o crime, o ato infracional, que ele cometeu e acaba enxergando um outro lado que as vezes as pessoas lá fora não conseguem enxergar, de realmente ser um ser humano com um monte de dificuldades, mas tentando também num conflito muito grande, tentando sair desse meio, nem sempre com opções, as vezes não tem opção D (...) dinheiro no mundo te faz agüentar as dificuldades que são do nosso dia a dia e quando você gosta você vai se apaixonando e não sai mais, é meio uma coisa de dependência, você não quer sair, você quer continuar, por mais dificuldade que você tenha você tenta ultrapassar, a gente normalmente aqui, a gente acaba capitalizando cada crise que tem, porque eu acho que você acaba sempre tirando o saldo positivo de cada crise. Então eu acho assim, lidar com a tragédia, com a frustração, com o limite, porque é limite de tudo, é limite financeiro, é limite administrativo, é o limite as vezes de vida mesmo E (...) é saber que posso estar ajudando esta família a encontrar a melhor solução para seus problemas, de poder baixar a ansiedade e conseguir buscar o melhor caminho F (...) saber que vou estar economizando tempo, desgaste emocional e o dinheiro das pessoas que vem até aqui., pois quanto antes as coisas forem resolvidas menor é o sofrimento.*

**Discurso síntese referente ao que mantém os psicólogos atuando nas instituições jurídicas que trabalham**

A maior parte dos psicólogos ao relatarem sobre o que os mantém atuando afirmam as dificuldades que enfrentam em seu trabalho, estas dificuldades estão relacionadas principalmente com a instituição. A superação destas dificuldades e crises são um fator que parece ser fundamental na permanência destes psicólogos em sua área de atuação.

## CONCLUSÕES

A apresentação das conclusões seguirá os três eixos temáticos referentes aos objetivos da presente pesquisa: a formação, a atuação e a identidade..

A formação acadêmica tem um papel importante no trabalho dos psicólogos. Esta importância foi verificada quando os psicólogos relataram sobre o início de seus trabalhos nas instituições jurídicas, que para a maioria foi o primeira experiência profissional, e relacionaram com as questões referentes a formação do psicólogo.

Algumas das dificuldades encontradas no início da atuação dos psicólogos foram: a necessidade de compreender os conceitos jurídicos, elaborar documentos de avaliação psicológica, unir a teoria aprendida na faculdade com a prática de seus trabalhos e lidar com a clientela.

Os psicólogos pesquisados sentiram dificuldades iniciais em trabalhar com a população que atendem, pois geralmente esta população possui menores condições sócio-econômicas, ou seja, deve haver uma adequação da postura do psicólogo para aprender a lidar com estas diferenças sociais que muitas vezes são distintas das condições do próprio psicólogo e do seu modelo de ação como psicólogo.

*Porque, eu vejo os estagiários da Universidade X, sabe, saírem muito terapeutas, assim sabe, aquela coisa do "sim", "pois não", naquele meio que pedestal e aqui não, aqui você tem que se por no lugar do outro, você tem que mudar a sua postura totalmente, você não é o detentor do saber, a realidade deles é absolutamente peculiar. Eu acho*

*que nossos professores mesmo acabam passando esta imagem meio, acho que na faculdade a gente acaba aprendendo muito isso, aquela coisa do detentor do saber, eu pra perder isso, eu tive, que realmente que lutar bastante, porque eu tinha muito essa postura meio fora de contexto (Psicóloga B).*

Quando o psicólogo conclui seu curso de formação acadêmica sai com uma concepção pré-formada de como que deveria agir um profissional, este modelo é muito influenciado pela hegemonia do modelo clínico e pela influência cultural de que a psicologia é uma profissão de elite e status. Estas duas questões podem estar relacionadas com as questões trazidas pelos psicólogos sobre não conseguir lidar inicialmente com a clientela que atendiam, pois estas geralmente tem condições sócio-econômicas diferentes das dos profissionais.

Os conhecimentos de outras ciências também são importantes para o psicólogo que atua no jurídico. Os psicólogos entrevistados relataram suas dificuldades iniciais sobre como compreender outras disciplinas que não a psicologia. São necessários conhecimentos gerais da área do direito e de outras ciências sociais, os direitos da criança e do adolescente, em especial às crianças em situação de risco. São também necessários conhecimento sobre as instituições penais, envolvendo a legislação e a atuação do psicólogo nas Comissões Técnicas de Classificação, bem como conhecimentos sobre a legislação dos órgãos jurídicos e sobre a violência. Mas ainda não existe um mapeamento de quais os conhecimentos fornecidos pela graduação podem contribuir para a formação do psicólogo nas instituições jurídicas. Muito dos conteúdos são referentes a várias disciplinas que indireta ou diretamente contribuem para esta formação.

*Eu cheguei aqui dentro do Fórum que eu não sabia um termo jurídico, eu tive que aprender lutando, realmente buscando até termos jurídicos. Não tinha menor idéia de formação disso (Psicóloga F)...Você se depara, acho que todos os profissionais, na hora de elaboração de um relatório, não é só você relatar como é que está o menino, a tua área é psicologia você tem que mostrar aspectos, principalmente que assim, que levaram o adolescente desse a cometer um ato infracional daquela gravidade. Principalmente mostrar certos aspectos pro juiz de transtornos de personalidade, de como é que se deu esta questão de infância, da violência, modelos de violência que foram se instalando, enfim, você acaba, acaba se afinilando para uma área e daí se obriga a ir buscar. Você acaba buscando com profissionais que estão em uma mesma situação que você, ou outras instituições que fazem o mesmo trabalho, em outros estados, em outras cidades e acaba aproximando um grupo de pessoas que vive a mesma situação, porque as vezes realmente, pelo menos na minha época, você não tinha nem onde buscar. (Psicóloga A)*

A dificuldade apresentada pelos psicólogos em encontrar literatura referente a psicologia e o meio jurídico também foi encontrada para desenvolver a presente pesquisa. A literatura encontrada foi de países estrangeiros como o Chile, Espanha e México, o que muitas vezes não contribuiu para a construção deste relatório, principalmente por se tratarem de países que possuem interesses diferentes dos trabalhos realizados no Brasil.

Ao analisar a atuação do psicólogo nas instituições jurídicas a literatura (Altoé 2001; Brito 1999; Conselho Federal de Psicologia, 1992, 1994) aponta a tendência em colocar a atuação do psicólogo no campo da psicologia social e abandonar o modelo clínico. Mas dentro da presente pesquisa observou-se um predomínio das atividades voltadas para a psicologia clínica, principalmente na elaboração das avaliações psicológicas. Esta discussão de abandonar o modelo clínico surge principalmente devido à elaboração destas avaliações psicológicas serem largamente utilizadas pelos psicólogos no âmbito jurídico, embora a própria psicologia clínica tenha abandonado o uso focal e superficial de tal procedimento. Ou seja: procura-se entender o indivíduo inserido em seu ambiente social. Não seria o objetivo desta pesquisa tentar enquadrar esta atuação em algum modelo especial de trabalho, mas de pensar em um

profissional que utiliza os conhecimentos das várias “áreas” da psicologia para efetivar seu trabalho de acordo com o contexto em que o psicólogo está inserido, independente da nomeação.

A atuação dos psicólogos entrevistados ocorre na fase processual, ou seja, não há um acompanhamento das pessoas após o processo jurídico encerrado e nem foram encontrados trabalhos relacionados com a prevenção. Talvez a preocupação com a prevenção esteja mais presente nas Instituições de Ensino Superior as quais, através das pesquisas desenvolvidas, procuram contribuir para um trabalho preventivo.

Na amostra foram encontrados dois psicólogos em cargos de direção e coordenação de instituições o que pode ser considerado um início de mudanças dentro da atuação. Porém Altoé (2001) aponta que o psicólogo não deve esperar que suas atribuições sejam definidas apenas por outros profissionais, pois o próprio psicólogo deveria ter a iniciativa de avaliar a demanda e sugerir intervenções. Porém, os dados obtidos nesta pesquisa também demonstram que os psicólogos encontram muitas dificuldades, tanto financeiras como institucionais, para conseguirem implantar seus projetos.

*Então a gente achou uma brecha da lei, assim, que é assim: todo o menino que é encaminhado pra uma medida sócio-educativa em meio aberto, os pais têm a obrigação, a gente diz assim, são convocados pra participar de quatro encontros aqui na vara da infância, foi uma forma que a gente encontrou de poder fazer alguma coisa, entendeu, porque, não se trabalha essa família, sabe, isso é um grande lapso. Na verdade a gente pos essa capacitação de famílias em meio aberto, porque é a única coisa que justifica a gente tá fazendo algum trabalho aqui, porque hoje em dia quem tem que fazer o trabalho mesmo não é nós, então pra eu justificar que a gente tá fazendo um trabalho orientativo, eu tive que dizer que é como se fosse uma introdução pra que eles saiam mais capacitados para começar a medida lá fora. (Psicóloga B)*

Sobre a identidade percebe-se que esta passa por algumas transformações. Enquanto alguns psicólogos definem-se enquanto psicólogos

jurídicos, outros afirmam fazerem mais do que psicologia jurídica. A questão não está somente no termo que qualifica esta atuação, Psicologia Clínica ou Social, mas sim nos questionamentos sobre o que faz o psicólogo nas instituições jurídicas. Como já foi afirmado anteriormente o psicólogo é um profissional que atua nas instituições jurídicas, podendo utilizar o vasto campo da psicologia de acordo com as suas convicções e sua formação. O mais importante é que o resultado final seja a promoção do desenvolvimento de novas alternativas para as pessoas atendidas e para a instituição.

Ao analisar a questão da identidade é necessário lembrar que uma profissão surge da combinação de: uma demanda social, da existência de recursos para atender esta demanda e do aparecimento de pessoas que dispõem e organizam os recursos disponíveis para formar uma prática profissional (Scoz, Barone, Campos & Mendes, 1991). Para atender a demanda social das instituições jurídicas, um grupo de psicólogos começou surgir, mas mesmo que os integrantes deste grupo se identifiquem uns com os outros como psicólogos, isto ainda não é um fator para se estabelecer uma identidade diferenciada. Portanto um dos problemas para formação de uma identidade do psicólogo que atua nas instituições jurídicas estaria relacionado com a compreensão do problema, ou da demanda social que fez surgir o grupo, pois se há pessoas envolvidas com os processos jurídicos existem diferentes visões de como entendê-la e assim em como construir suas práticas.

Esta é uma área que ainda requer muitas pesquisas, ou mesmo a organização das que já existem. A troca de experiências entre os psicólogos que trabalham nas instituições jurídicas é muito restrita. Nenhum dos psicólogos entrevistados possui alguma publicação ou pesquisa sobre seu campo de

atuação, e todos gostariam de saber como seus colegas de profissão desenvolvem seus trabalhos. Motivo este que pode ter influenciado na boa recepção dos psicólogos no momento das entrevistas.

Algumas questões durante a coleta de dados ficaram sem serem analisadas, por não serem o objetivo da pesquisa, mas que são pontos para auxiliar futuras pesquisas. A primeira sugestão está relacionada com a formação do psicólogo, pois ficam algumas dúvidas sobre como estão sendo lecionados alguns pontos que seriam fundamentais para a formação do psicólogo que trabalha em instituições jurídicas. Seria necessária uma investigação das grades curriculares dos cursos de psicologia para analisar como estão sendo passados os conhecimentos básicos para a atuação em instituições jurídicas.

Outra sugestão de pesquisa seria investigar como funciona a relação entre a finalidade do trabalho dos psicólogos nas instituições jurídicas, os interesses da própria instituição e o das pessoas que estão passando pelos processos jurídicos.

A oportunidade deste estudo foi enriquecedora e espero estar trazendo alguma contribuição para a construção de parâmetros para esta área que está se desenvolvendo no campo da Psicologia, e que muitos trabalhos após este possam estar delimitando cada vez melhor o campo e as necessidades da Psicologia aplicada às instituições jurídicas no Brasil.

## REFERÊNCIAS

Alfaro, E. (2003) Análisis bibliométrico de las actas de los congresos de la AIPJ 1993-2003. Anales del V Congreso Ibero-Americano de psicología jurídica. Santiago de Chile: Escuela de la Policia de Investigaciones de Chile.

Alfaro, E. Ramirez, M. (2003) Metodologia Del peritaje psicológico em disputas de custodia-tenencia: um modelo de raízes hispanas. Anales del V Congreso Ibero-Americano de psicología jurídica. Santiago de Chile: Escuela de la Policia de Investigaciones de Chile. p. 515-522.

Altoé, S. Apresentação. In Bailleau, F. (1995) O jovem: sua inserção social e a justiça. Conferência realizada na UERJ no curso de especialização em Psicologia Jurídica. Editora da UERJ.

Altoé, S. (2001) Atualidade em psicologia jurídica. PsiBrasil: revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil. Juiz de Fora, ano 1, nº2, julho-dezembro.

Alves, J. F. (2001) Psicologia aplicada ao direito de família. Em Fernandes (org) Psicologia, serviço social e direito: uma interface produtiva. Recife: Ed Universitária da UFPR

Anaf, C.(2000) Formação em psicologia jurídica. III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ancona-López, M. (1984) Contexto geral do diagnóstico psicológico. In Trinca, W. (org) Diagnóstico Psicológico: a prática clínica. São Paulo: EPU

Antunes, M.A.M. (1998) A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: Educ.

Aragão, E. M.A. (2000) , Entrelaces da Infância, Adolescência, cidadania, e conselho tutelar, III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica.. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Banaco, R A.; Martone, R.C. Terapia Comportamental de família: uma experiência de ensino e aprendizagem. Guilhardi, H. J; Madi, M. B. B. P; Queiroz, P. P; Scoz, M. C. (orgs) (2001). Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade. Santo André, SP: Esetec Editora. v. 7.

Barreto, A. (2004) Saúde mental comunitária. JPC-1196, saúde mental comunitária: aprendendo mais. Disponível em <http://www.rebidia.org.br/jornal/html/96110201.htm>. Acesso em 02/06/2004.

Bastos, A. V. B.. (1988) Áreas de atuação: em questão o nosso modelo profissional. In Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro?. São Paulo: EDICON.

Bastos, A.V.P.(1990) Mercado de trabalho: uma velha questão e novos dados. Psicologia: Ciência e Profissão. Vol 10(2,3,4), 28-39

Bastos, A.V.P.; Acchar, R. (1994) Dinâmica profissional e formação do Psicólogo: uma perspectiva de integração. In Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação.(2 ed). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bauer,M.W; Gaskell, G. (2002) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.: um manual prático. (2 ed) São Paulo: Vozes.

Bomfim, E. M. (1990) O papel social do Psicólogo.Psicologia e Sociedade. 8,13-16.

Bomfim, E. M. (1994) Psicologia social, psicologia do esporte e psicologia jurídica. In Conselho Federal de Psicologia Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação.(2 ed) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bomfim, E.M.; Freitas, M.F.Q.; Campos, R.H.F. (1992) Fazeres em psicologia social. In Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo.

Bomfim, Z.A.C. (1999) A mediação emocional no desvelar da identidade em psicologia comunitária. In Brandão, I.R.; Bomfim, Z. A.C. (orgs) Os jardins da psicologia comunitária. Fortaleza: Pró-reitoria de extensão da UFC/ ABRAPSO.

Bonamigo, T. E. (2003). A atuação do psicólogo nas instituições jurídicas: a necessidade de uma fundamentação. Em Zilah (org) (et al) Sobre Comportamento e Cognição: a história e os avanços, a seleção pelas consequências, em ação. (p. 366-370). Santo André, SP: Esetec.

Botomé, S. P. (1988) Em busca de perspectivas para a psicologia como área de conhecimento e como campo profissional. In Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro?. São Paulo: EDICON.

Botomé, S. P. (org) Diretrizes para o ensino de graduação: o projeto pedagógico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, Paraná: Champagant, 2000.

Brasil. Constituição Federal Brasileira (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em dez.2003

Brasil. Congresso. Lei nº 4.119, de 27/08/1962: institui e regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil. Disponível em <http://www.pol.org.br>. Acesso em nov.2003.

Brasil. Congresso. Decreto nº 53.464/64: regulamenta a lei nº 4.119/1962. Disponível em <http://www.pol.org.br>. Acesso em nov.2003.

Bringhenti, M.E. (2002) Psicologia jurídica e os desafios da intervenção. Trabalho de conclusão de curso apresentado faculdade de psicologia da Unochapecó. Chapecó, SC.

Brito, L. M. T.(1993) Separando: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas varas de família. Rio de Janeiro: Relume do Dumará.

Brito, L. M. T. (Org). (1999a) Temas de psicologia jurídica. Rio de Janeiro: Relumbre Dumará.

Brito, L. M. T. (1999b). Rumos e rumores da psicologia jurídica. Em Jacó-Vilela A. M.(Org) Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Brito, L. M. T. (2000) Introdução a Psicologia Jurídica. Fita de vídeo do mini curso apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDF em Brasília – DF

Broide, J. (1999) Algumas reflexões sobre o impacto das relações sociais na constituição da família. In Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) 10, São Paulo.

Bruns, M. A; Holanda, A.F. (orgs) (2001) Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas. São Paulo: Ômega

Bustus, D.(1982) O psicodrama: aplicações da técnica psicodramática. São Paulo: Summus

Calil, V. I. I. (1987) Terapia familiar e de casal. São Paulo: Summus editorial.

Campos, R.H.F. (1996) Introdução: A psicologia social comunitária. IN: R.H.F. Campos. Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia. Rio de Janeiro: Vozes.

Carneiro, T. F. (1990) Família: diagnóstico e terapia. São Paulo: Vozes.

Catálogo Brasileiro de Ocupações (1996). Ministério do Trabalho. Fundação Duprat.

Código de Ética Profissional dos psicólogos. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 002/87, de 15/08/87. Disponível em <http://www.pol.org.br>. Acesso em abril 2002.

Colégio Oficial de Psicólogos de Espana (1998). Perfiles profesionales del psicólogo. Madrid: Editora do Colégio Oficial de Psicólogos de Espana.

Conselho Federal de Psicologia (1988) Quem é o Psicólogo Brasileiro?. São Paulo: EDICON.

Conselho Federal de Psicologia.(1992) Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo.

Conselho Federal de Psicologia (1994) Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação.(2 ed) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 02/01 (atualiza a redação da Resolução CFP nº 014/00): institui o título de Especialista em Psicologia e dispõe normas e procedimentos para o seu registro. Disponível em <http://www.pol.org.br>. Acesso em dez. 2002.

Conte, F.C.S. (2001) Promovendo a relação entre pais e filhos. Delitti, M. (org) (2001). Sobre comportamento e cognição: a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental. Santo André, SP: Esetec. v. 2.

Cunha, J.A. (1993) Psicodiagnóstico – R. (4 ed) Porto Alegre: Artes Médicas.

Dassi F. Scariot, M. (2003) Relatório de estágio. Relatório de estágio apresentado para a conclusão da disciplina de Estágio Supervisionado em Clínica I e II da Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

Dattilio, F. M. & Freeman, A. (1995). Estratégias cognitivo-comportamentais para intervenção em crises: tratamento de problemas clínicos. Campinas: Editorial Psy.

Debieux Rosa, M. (1999) A crise no Brasil e na família e o lugar da mulher e do adolescente. In Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) 10, São Paulo.

Dias, V.R.C.S. (2000) Vínculo conjugal na análise psicodramática: diagnóstico estrutural dos casamentos. São Paulo: Agora.

Dimenstein, M.D.B. (1998) O Psicólogo no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS): Perfil profissional e perspectivas de atuação nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Doron R.; Parot, F. (1998) Dicionário de psicologia. São Paulo: Ática.

Duran, A. P. (1994) Alguns dilemas na formação do psicólogo: buscando sugestões para superá-los. In Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo

Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação.(2 ed) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Estatuto da criança e do adolescente (2001). Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente. Lei Federal 8.069/1990. Porto Alegre.

Fernandes H. M.R (2000). Encontro com Noivos. Palestra apresentada no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDF em Brasília - DF

Fernandes H. M.R. (org) (2001) Psicologia, serviço social e direito: uma interface produtiva. Recife: Ed Universitária da UFPR

Francisco, A.L; Bastos, A.V.B. (1992) Conhecimento, formação e prática: o necessário caminho da integração. In Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo.

Freitas, M.F.Q. (1998) Novas práticas e velhos olhares em Psicologia social comunitária: uma conciliação possível? IN: L. Souza; M.F.Q. Freitas; M.M.P. Rodrigues (orgs), Psicologia: Reflexões (Im)pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Garrido, E.M. (1994) Relaciones entre la psicologia y la ley. Em: Sobral, J; Arce, R & Prieto A. Manual de psicologia jurídica. Barcelona: ediciones Paidós. p. 17-49.

Gebara, O. (2001) Quatro varas sustentando uma teia: Dr Adalberto Barreto e seu programa comunitário. Associação Paulista de Terapia Familiar (APTF). Disponível em [http://www.aptf.org.br/publicacoes\\_detalhe.asp?IDBoletim=3](http://www.aptf.org.br/publicacoes_detalhe.asp?IDBoletim=3). Acesso em 02/06/2004.

Gomide, P. I. C. (1988) A formação acadêmica: onde residem suas deficiências? In Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro?. São Paulo: EDICON.

Haynes, J.M; Marodin, M. (1996) Fundamentos da mediação familiar. Porto Alegre: Artes médicas.

Hespanha, B. (Org) (1996). Psicologia do testemunho. Passo Fundo, RS: Editora Universitária.

Holmes, P; Karp M. (1992) Psicodrama: inspiração e técnica. São Paulo: Ágora.

Ingbeman, Y.K. (2001) Terapia Comportamental com famílias. Delitti, M. (org) (2001). Sobre comportamento e cognição: a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental. Santo André, SP: Esetec. v. 2.

Lo Bianco, A.C.; Bastos, A.V.; Nunes, M.L.T.; Silva, R.C. (1994) Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In

Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: Práticas Emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lo Bianco, A.C. (1996) O ponto de articulação entre a graduação e a pós-graduação, in Bonfim, E.m (ORG.) Formação em Psicologia: pós-graduação e graduação. Belo Horizonte, ANPEPP/UFMG.

Maldonado R. A. (2003) Diccionario de psicologia jurídica. Colección jurídica. Cochabamba – Bolívia: Grupo editorial Kipus.

Martins, S.R.C. (2000) Psicologia jurídica: campos de atuação e questões sobre a formação e pesquisa. Anais do III Congresso ibero-americano de psicologia jurídica. São Paulo. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Mezan, R. (1998) Freud: a trama dos conceitos. São Paulo Perspectiva.

Mira y Lopez, E. (1955). Manual de psicologia jurídica, Rio de Janeiro, Mestre Jou.

Morais, C.G.A.; Murari, S.C. (2001) Intervenção grupal junto a famílias do divórcio. In Wilenska, R. C. (org) Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos. Santo André, SP: Esetec. v. 6

Neto, A. R. N. Psicoterapia Cognitivo-Comportamental: possibilidades em clínica e saúde. (2003) Santo André: Esetec.

Nunes, A.M. (2002) El informe pericial em psiquiatria forense. Manual para médicos, psicólogos y abogados. La Paz: UMSA. Facultad. Medicina.

Ocampo, M.L.S de. (1981) O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. São Paulo: Martins fontes.

Ortiz, M.C.M.(1992) Perícia e laudos judiciais: curso básico de psicologia forense. Documenta CRP/08. ano II, n.3 – maio/ago

Pavón, F.M. (2000) La psicología jurídica cons otras ciencias. Derecho . org. Disponível em [http://ecuador.derecho.org/base/psicolog@ia\\_jur@idica/3](http://ecuador.derecho.org/base/psicolog@ia_jur@idica/3). Acessado em 23/04/2000.

Pfromm Netto, S (1990) Psicologia: introdução e guia de estudo. (2 ed) São Paulo: EPU.

Plastino, C. A. (1993) A Aventura Freudiana. Rio de Janeiro: UFRJ

Rangé, B. (2001). Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. Porto alegre: Artmed.

Rautter, C. (1994) Só Kafka explica. Em Brito L.T.(org) Psicologia e instituições de direito: a prática em questão. Rio de Janeiro: CRP-RJ/Comunicarte.

Reis, J. R.T. (1984) Família, emoção e ideologia. In Lane, S.; Godo, W. (orgs) Psicologia social: homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.

Reis, J.R.T. (1992) Cenas familiares: psicodrama e ideologia. São Paulo: Ágora

Ribeiro, H.(2003) Da perícia com famílias a formação do psicólogo jurídico. Anales del V Congreso Ibero-Americano de psicología jurídica. Santiago de Chile: Escuela de la Policia de Investigaciones de Chile. p. 523-530.

Ruiz-Péres, J.I. (2003) Análisis de factores motivacionales y stresantes laborales em um grupo de empleados de prisiones: resultados preliminares. Anales del V Congreso Ibero-Americano de psicología jurídica. Santiago de Chile: Escuela de la Policia de Investigaciones de Chile. p. 581-588.

Sabaté, L. M.(1980) Introducción a la psicología jurídica. México. Trillas.

Safra, G. (1984) Procedimentos clínicos utilizados no psicodiagnóstico. In Trinca, W. (org) Diagnóstico Psicológico: a prática clínica. São Paulo: EPU

Saldaña. A. C. T.(2003) Aportes de la psicología jurídica a la criminología y al derecho. Universidade da Colômbia.

Salomé, J. (1989) Cativando a ternura. São Paulo: Vozes

Samper, T. B. (1995) Dificultades de la intervención psicológica em los procedimientos matrimoniales. Anales del I Congreso Ibero-Americano de psicología jurídica. Santiago de Chile: p. 301-319

Sandoval, S. (2000) O que há de novo na psicologia social latino-americana? In R. H. F. Campos e Guareschi P.A. (orgs) Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana. Petrópolis: Vozes.

Santos, J. P. (2003) Aptidões necessárias para compor a formação do Psicólogo Jurídico. Anteprojeto de pesquisa apresentado para o exame de qualificação do mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Professor Dr.Sílvio Paulo Botomé.

Schnitman, D.F (1999) Novos paradigmas em mediação. Porto Alegre: Artes Medicas Sul,

Scoz,B.J.L; Barone,L.M.C; Campos,M.C.M; Mendes,M.H. Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas.

Silva, C. M.. (2003) Entre autos e mundos. Belo Horizonte: Del rey.

Silva, D. M. P. (2003). Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com direito nas questões de família e infância. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Silva, P. R. M.(2000) Estratégias institucionais para o psicólogo judiciário, uma análise dos projetos de assessoria. Congresso Ibero-Americano de psicologia jurídica. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Silvares, E. F. & Gongora, M. A. (1998) Psicologia Clínica comportamental: a inserção da entrevista com adultos e crianças. São Paulo: Edicon.

Silvares, E. F. (org) (2000). Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus. v. 1.

Stevens J.O. (1988) Tornar-se presente: experimentos de crescimento em gestalt-terapia. São Paulo: Summus.

Vilela, S. O novo Código Civil para profissionais do Direito. PaiLegal. São Paulo. Disponível em: <http://www.pailegal.net/TextoComplemento.asp?1sTextoId=1042829185&1sTextiTipo=justiça>>. Acesso em 15 fev. 2003.

Williams, A. (1994) Psicodrama estratégico: a técnica apaixonada, indivíduos, famílias e grupos. São Paulo: Ágora.

Witter, G P.; Bastos, A. V. B; Bomfim, E. M; Guedes, M. C. (1992) Atuação do psicólogo: espaços e movimentos. In Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo.

Witter, G P.; Gonçalves, C.L; Witter, C; Yukimitsu, M.T.C.P; Napolitano, J.R. (1992) Formação e estágio acadêmico em psicologia no Brasil. In Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo.



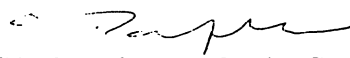
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

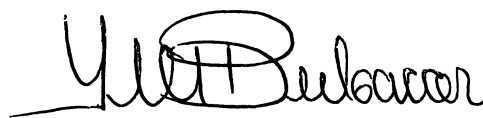
## **Parecer da Comissão de Ética do Mestrado de Psicologia da Infância e da Adolescência**

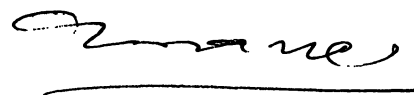
O projeto “A atuação do psicólogo em instituições jurídicas de atendimento à criança e ao adolescente da cidade de Curitiba”, sob responsabilidade da Psic. Tatyana Bonamigo, com a orientação da Prof. Dra. Yara Kuperstein Ingberman, está de acordo com os princípios éticos para pesquisas psicológicas.

O parecer é favorável ao desenvolvimento do projeto.

Curitiba, 16 de dezembro de 2003

  
Profª Drª Paula Inez Cunha Gomide

  
Profª Drª Yara L. M. Bulgacov

  
Profª Dr. Egídio José Romanelli